

S I S T E M A



DIRETORIA EXECUTIVA E - PRESIDENTES TRIÊNIO 2008-2011

Senadora Kátia Abreu (TO)

Presidente

Ágide Meneguette (PR)

1º Vice-Presidente

Fábio de Salles Meirelles Filho (MG)

Vice-Presidente Executivo

Pio Guerra Júnior (PE)

Vice-Presidente da Secretaria

Ademar Silva Júnior (MS)

Vice-Presidente de Finanças

Assuero Doca Veronez (AC)

Vice-Presidente Executivo

Carlos Rivaci Sperotto (RS)

Vice-Presidente Executivo

Homero Alves Pereira (MT)

Vice-Presidente Executivo

José Ramos Torres de Melo Filho (CE)

Vice-Presidente Executivo

Júlio da Silva Rocha Júnior (ES)

Vice-Presidente Executivo

Almir Morais Sá (RR)

Álvaro Arthur Lopes de Almeida (AL)

Ângelo Crema Marzola Júnior (TO)

Carlos Augusto Melo Carneiro da Cunha (PI)

Carlos Fernandes Xavier (PA)

Eduardo Riedel (MS)

Eduardo Silveira Sobral (SE)

Fábio de Salles Meirelles (SP)

Francisco Ferreira Cabral (RO)

João Martins da Silva Júnior (BA)

José Álvares Vieira (RN)

José Hilton Coelho de Sousa (MA)

José Mário da Silva Schreiner (GO)

José Zeferino Pedrozo (SC)

Luiz Iraçu Guimarães Colares (AP)

Mário Antônio Pereira Borba (PB)

Muni Lourenço Silva Júnior (AM)

Renato Simplício Lopes (DF)

Roberto Simões (MG)

Rodolfo Tavares (RJ)

Rui Carlos Ottoni Prado (MT)

Amigo Produtor,

Avançamos muito este ano em questões fundamentais para o futuro da agropecuária brasileira. Apesar das dificuldades climáticas naturais da nossa atividade, o produtor rural mostrou sua capacidade de superação ao apostar nos investimentos em tecnologia e em ganhos de produtividade. Reafirmamos o potencial de um setor vivo e próspero da economia, responsável por 24% do PIB, um terço dos empregos e 42% das exportações nacionais. Para garantir esse movimento de expansão, nós, do Sistema CNA/SENAR, investimos na busca de soluções para as grandes questões que ainda criam obstáculos a este inexorável crescimento da nossa atividade.

Levamos ao Governo a proposta de uma nova política agrícola, que atualize o sistema de crédito rural no Brasil, adaptando-o às necessidades do produtor que investe em tecnologia e gerencia com eficiência o seu negócio. Iniciamos, também, o debate sobre um sistema de defesa sanitária eficiente para o Brasil, crucial para a expansão e melhoria da atividade pecuária. Investimos, cada vez mais, nas ações do nosso Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em programas voltados à melhoria da gestão da empresa rural e à responsabilidade social do sistema. Todas estas ações foram acompanhadas de propostas e projetos, sustentados tecnicamente, com o objetivo de alcançar a melhor defesa do setor e o pleno atendimento às necessidades do nosso produtor.

Foi um ano de muito trabalho e grandes negociações. No capítulo Ações e Conquistas do Agronegócio Brasileiro deste manual você encontrará um resumo de tudo o que fizemos. Verá que defendemos com vigor a necessária segurança jurídica no campo, para que possamos continuar produzindo em paz em nossas propriedades. Combatemos todo o tipo de ações que buscam criminalizar o produtor. Investimos com rigor e critério os recursos da contribuição sindical rural, aplicando-os com seriedade para garantir uma defesa eficiente e responsável do campo brasileiro. E foi a sua confiança que nos estimulou a buscar, sempre, as melhores respostas para o produtor rural brasileiro.

Obrigada pelo apoio!

Senadora Kátia Abreu
Presidente



O trabalho desenvolvido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) junto ao Governo Federal, ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário foi de fundamental importância para os resultados obtidos em 2010 em favor do crescimento da nossa atividade agropecuária. Há muito, ainda, por fazer, mas os avanços registrados no ano revelam todo o esforço desenvolvido pela CNA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Instituto CNA em benefício dos produtores rurais e da sociedade brasileira.

Ações de Representação

- Realização da série de seminários “O que esperamos do próximo presidente”, com cinco edições regionais e uma nacional, durante o mês de março, com o objetivo de consolidar as propostas do setor agropecuário aos candidatos à Presidência da República para garantir o desenvolvimento da atividade rural. As discussões envolveram oito temas: Alimento Saudável, Insegurança Jurídica, Logística, Meio Ambiente, Política Agrícola, Processo Tecnológico, Qualificação Profissional e Responsabilidade Social. O documento final foi encaminhado aos candidatos do PSDB, PT e PV à Presidência da República e aos presidentes de partidos políticos. Os eventos regionais ocorreram em cinco cidades, cada uma representando uma região do País: Salvador (Nordeste), Palmas (Norte), Uberlândia (Sudeste), Goiânia (Centro-Oeste) e Curitiba (Paraná). São Paulo sediou a edição nacional do seminário.
- Organização do Encontro com os Presidenciais, com a participação do candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, no dia 1º de julho. O evento foi dividido em três blocos e mediado pela jornalista Cristina Lemos. Na ocasião, foram discutidos os principais temas de interesse dos produtores rurais, diante da presença de 500 convidados, entre parlamentares, jornalistas e lideranças do agronegócio. Também foi entregue ao candidato o documento “O que esperamos do próximo Presidente 2011-2014 - A agropecuária brasileira pede passagem”, que contém os principais problemas que afetam a agropecuária e as propostas do setor para solucionar os gargalos à expansão da atividade. A candidata do Partido Verde (PV), Marina Silva, havia confirmado presença, mas desistiu de participar do encontro por não ter recebido as perguntas antecipadamente, o que não havia sido acertado entre as assessorias dos candidatos e a CNA. A candidata do PT, Dilma Rousseff, alegou problemas de agenda para justificar sua ausência.
- Assinatura de termo de cooperação com a escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel para abordar a agropecuária como tema para o Carnaval de 2011. O enredo escolhido

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

pela agremiação para desenvolver o tema foi “Parábola dos Divinos Semeadores”, que contará a história da atividade ao longo dos séculos. O lançamento oficial do enredo contou com a presença de mil convidados, no Rio de Janeiro. Em outubro, foi escolhido o samba enredo, com a letra da música da escola de samba no próximo ano. O desfile da Mocidade Independente será no dia 6 de março de 2011.

Eficiência da Empresa Rural

- Ações de Formação Profissional Rural do SENAR capacitaram para a inserção e permanência no mercado de trabalho mais de 700 mil pessoas que vivem no campo, em diversas atividades produtivas do meio rural, em todos os Estados brasileiros. No total, foram mais de 43.730 turmas, que representam 1.154.921 horas de treinamento.
- Mais de cinco mil produtores foram capacitados pelo Programa Empreendedor Rural, em 25 Estados brasileiros. O programa busca transformar o produtor em empreendedor para administrar sua propriedade com eficiência, calcular os custos de seus processos produtivos e ter uma visão de sua atividade frente a um mercado globalizado.
- Capacitação de instrutores, em 25 Estados, para o programa Negócio Certo Rural, que oferece ações de diagnóstico, plano de desenvolvimento e capacitação do produtor rural e sua família para a melhoria da gestão da pequena propriedade rural. Aproximadamente sete mil produtores serão beneficiados até fevereiro de 2011.
- **Campo Futuro** – Capacitação de produtores rurais em 19 Estados, com a participação de 1.184 produtores rurais, em 97 municípios. No total, foram realizados 106 painéis para levantamento dos custos de produção em seis culturas: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, café, cana-de-açúcar, fruticultura e grãos. O programa ensina a operar no mercado futuro e tem foco no gerenciamento de riscos de preços, custos e produção. Entre as ações do Campo Futuro, estão a validação do *software* que será utilizado nos Estados; a finalização do *hotsite* que dará acesso às informações sobre a programação dos cursos e dos painéis nos Estados, além da divulgação dos resultados das pesquisas realizadas. Também foram publicados 40 boletins Campo Futuro com os dados sobre os custos de produção nas culturas de grão, café, cacau, cana-de-açúcar e laranja.
- **Com Licença Vou à Luta** – Capacitação de 51 turmas de produtoras rurais em cursos presenciais voltados à capacitação de mulheres na administração dos negócios na

propriedade rural, com conteúdos de gestão, empreendedorismo e liderança. Para 2011, está programado o treinamento de 165 turmas. Nos cursos *online*, foram formadas quatro turmas em 2010, com aproximadamente 200 alunos cada.

- **Inclusão Digital Rural** – Realização de cursos de informática para produtores rurais, trabalhadores e suas famílias em 112 salas de sindicatos rurais de 112 municípios em 25 Estados. O programa leva o computador e a Internet ao campo, democratizando o acesso ao mundo digital das pessoas que se dedicam à atividade rural.
- **Secretaria Eficiente** – Participação de sete Estados – Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Pará, Tocantins, Goiás e Ceará – e 16 municípios neste programa que estimula o desenvolvimento da economia dos municípios dotando as Secretarias Municipais de Agricultura de condições propícias ao funcionamento e à interação com as demais entidades para incentivar o consumo da produção local.
- **Sindicato Forte** – Desenvolve competências de gestão em lideranças e colaboradores, além de estabelecer estratégias adequadas às possibilidades de parcerias institucionais e à promoção da autosustentabilidade dos sindicatos rurais. Participaram, este ano, 81 sindicatos em sete Estados.
- **Mãos que trabalham** – Realização de mais de 10 mil visitas em propriedades rurais de 25 Estados com o objetivo de contribuir para formação, conscientização e mudança de comportamento da população rural em relação a questões relacionadas à legislação trabalhista, orientando os produtores em relação ao cumprimento da Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho, na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração e Aquicultura (NR31).
- **Portal EAD SENAR** – Lançamento do portal de Educação a Distância do SENAR para formar e profissionalizar pessoas do meio rural, oferecendo cursos que visam a aumentar a rentabilidade dos seus negócios e garantir a sustentabilidade do meio ambiente. Mais de cinco mil pessoas se matricularam desde junho de 2010.

- **Programa Alimento Seguro – PAS LEITE** – Capacitação dos produtores de leite de cinco Estados – Goiás, Minas Gerais, Alagoas, Ceará e Santa Catarina – em treinamentos piloto para a redução dos índices de contaminação do leite, diminuindo os riscos à saúde da população. Os treinamentos foram seguidos pela implantação orientada em cada propriedade.
- **Formação por Competências** – Implantação de experiência piloto com três turmas de Minas Gerais e Paraná para a formação de competências na área de “Trabalhador na Bovinocultura de Leite”. Nesse programa, o aluno tem a chance de percorrer um itinerário modulado de capacitação integral, com cerca de 1.000 horas, elaborado com base no perfil profissional traçado por empresários, trabalhadores, fornecedores, compradores e técnicos. Os conteúdos contemplam competências básicas, específicas e de gestão, essenciais ao desempenho eficiente e proativo no trabalho.
- Implementação de programas regionais de resultados significativos para o fortalecimento das cadeias produtivas do agronegócio brasileiro: Sanidade Sem Fronteiras; Gerenciamento de Propriedades Leiteiras; Gestão com Qualidade em Campo e Turismo Rural, entre outros.

-
- Atendimento a 358.633 produtores, trabalhadores e seus familiares com cursos de Promoção Social do SENAR, totalizando mais de 15 mil turmas em 442.260 horas de atividade. Esses cursos desenvolvem aptidões pessoais e sociais por meio de atividades de compartilhamento de experiências e conhecimento, contribuindo para a construção de uma autoimagem positiva de quem trabalha no campo.
 - **Útero é Vida** – Programa de Prevenção do Câncer do Colo do Útero da Mulher Rural – Realização de 33 mil exames preventivos em 200 municípios de 16 Estados, somando 170 mil atendimentos em diversas áreas: espaço beleza, palestras educativas, rua do lazer e alimentação.
 - **Ciranda da Cultura** – Promoção de espetáculos e atividades de diversas linguagens regionais nas áreas rurais do Brasil pelo Instituto CNA, reforçando as culturas locais nas áreas do teatro, música, dança, circo, cinema, literatura, folclore e artesanato.
 - **Ciranda da Cultura Filmes** – Execução do programa criado em 2009 como uma das ações do projeto Ciranda da Cultura. Para levar atividades culturais à zona rural, o Instituto CNA

disponibilizou veículos com telões móveis para exibir filmes nacionais, reunindo a população de mais de 100 localidades em oito Estados: Tocantins, Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas.

- Promoção de programas pelas Administrações Regionais do SENAR contemplando conteúdos de meio ambiente, cidadania, ética, pluralidade cultural, saúde e demais temas de interesse da sociedade. Vale ressaltar o Agrinho e o Semeando, envolvendo cada um cerca de três milhões de alunos e professores, além do programa Despertar, com 60 mil professores e alunos. Os programas de Alfabetização de Jovens e Adultos capacitaram cerca de cinco mil alunos, em diversos Estados do País.
- Realização de ações nacionais de Aprendizagem Rural destinadas aos jovens com idade entre 14 e 24 anos, nos moldes da lei federal vigente. É organizada em tarefas de complexidade progressiva, de acordo com o desenvolvimento físico e psicológico do aprendiz. Em 2010, foram 1.500 participantes em sete Estados.
- Assinatura de convênios de **cooperação internacional** pelo Sistema CNA/SENAR com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), com o objetivo de contribuir com as Metas do Milênio, da ONU (Organização das Nações Unidas), principalmente nas ações para a erradicação da fome no mundo. As frentes de trabalho incluem o compartilhamento de metodologia educacional de formação profissional e promoção social, transferência de tecnologia de produção e distribuição em várias áreas, além de repasse de conhecimentos de organização e gestão no setor produtivo. Em 2010, 80

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

representantes de todos os países africanos estiveram em cinco Estados do Brasil para conhecer de perto o trabalho do SENAR. Além desse projeto, estão previstas ações trianguladas em Angola, Moçambique, Haiti e Paraguai, envolvendo entidades de desenvolvimento da Alemanha e do Japão.

- Publicação do primeiro caderno da Coleção Desproteções Sociais no Campo, abordando o tema Migração – Do campo para a cidade, que traz depoimentos de pessoas sobre as dificuldades de morar, estudar e trabalhar em áreas rurais no Brasil. O trabalho foi feito com base nos dados levantados pelo Observatório das Desproteções Sociais do Campo. Duas edições desta coleção foram lançadas neste ano, uma sobre a migração do campo para as cidades e outra sobre as mulheres.
- Divulgação do Estudo Nacional sobre as Escolas Rurais, encomendado pela CNA ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) e ao Instituto Paulo Montenegro, que mostrou um cenário de completo descaso do Poder Público com o ensino no meio rural, com escolas abandonadas e a mais precária estrutura para os alunos. O diagnóstico revelou a falta de bibliotecas, computadores, televisões, DVD, banheiros adequados, além da ausência de supervisores, orientadores pedagógicos, diretores e a baixa capacitação do corpo docente. O levantamento foi feito em escolas do Distrito Federal e mais nove Estados brasileiros: Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins. A pesquisa também foi publicada na revista Gestão Escolar, da Editora Abril.
- Publicação da primeira edição do livro “Escolas Esquecidas”, com base no Estudo Nacional das Escolas Rurais e traz uma relação de 500 escolas que se encaixam no cenário de abandono e precariedade identificado pela pesquisa feita pelo Ibope. O trabalho foi realizado em 49 municípios das regiões mais pobres do País, em 10 Estados brasileiros. A publicação também aborda a campanha dos Comitês Solidários da Educação, na qual o Instituto CNA pede a participação da sociedade para ajudar a tirar as escolas do esquecimento.
- Apresentação dos primeiros resultados do projeto “Escola Viva – Farol da Cidade e da Cidadania”, iniciativa do Instituto CNA para melhorar a qualidade do ensino no campo. A primeira ação deste projeto foi concretizada a partir de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Monte do Carmo, no Tocantins, que resultou na reforma da escola estadual Brigadas Che Guevara. Para dar continuidade ao projeto, o Instituto publicou edital para a escolha de mais duas escolas para participar da iniciativa. Oito escolas de Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais participam do processo seletivo.
- Realização do projeto Senar Rondon, com a participação de 210 estudantes universitários de

várias instituições do País. Foram selecionados alunos de cinco grupos de áreas de conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Saúde, Urbanismo e Obras. Eles passaram por um processo de capacitação e depois embarcaram para 10 municípios na Bahia, em Minas Gerais e no Tocantins. Durante duas semanas, eles identificaram as principais carências das regiões visitadas e repassaram os diagnósticos às autoridades locais, em uma parceria feita com as prefeituras, além de promoverem ações sociais e culturais junto às populações dessas cidades.

- Abertura de processo seletivo de escolha de monitores para o Senar Rondon 2011.
- Lançamento do Catálogo de Oportunidades, para ajudar a promover ações de fortalecimento do ensino no campo. A publicação é um guia com as principais informações sobre 88 entidades que apoiam projetos de educação no País. O material foi encaminhado a secretarias estaduais e municipais de educação e diretores de escolas localizadas na zona rural, contendo também ações executadas no Distrito Federal e mais 11 Estados: Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Com a iniciativa, o Instituto CNA apresenta alternativas para investimentos e busca de parcerias aos municípios e escolas que não dispõem de recursos próprios para melhorar as condições de ensino.
- Capacitação de 2,4 mil pessoas nos cursos *online* da Escola do Pensamento Agropecuário, espaço no qual os participantes podem desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes coesas em relação à agropecuária no Brasil. Foram formadas cinco turmas e os treinamentos

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

divididos em seis temas: Direito de Propriedade, Trabalho Decente, Pobreza Rural, Meio Ambiente e Desmatamento Zero e Educação e Qualificação Profissional.

- Realização de pesquisa secundária sobre os assentamentos rurais, dando prosseguimento à pesquisa feita em 2009 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a pedido da CNA, sobre as condições em que vivem os produtores que receberam lotes pelo programa de reforma agrária. Os pesquisadores voltaram aos assentamentos incluídos no primeiro levantamento para confirmar ou obter mais dados sobre os locais estudados, os entrevistados, a propriedade em que vivem e a produção agropecuária. Como resultado, foram constatados problemas estruturais significativos, que poderão provocar consequências sociais importantes, como o êxodo rural dos filhos dos assentados.
- Elaboração de nota técnica sobre as condições das populações de Terras Indígenas (TI), com o objetivo de mapear as condições de vida nestes locais. O estudo contém informações sobre residências, educação, condições de trabalho, transporte, saúde, formação profissional, cultura, e perspectivas de vida. O levantamento foi feito por uma equipe de antropólogos em 11 aldeias localizadas em Terras Indígenas do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná e Tocantins, envolvendo 33 povos.

Estudos e Pesquisas

- Apresentação do estudo “Quem produz o que no campo: quanto e onde II”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a CNA. A publicação constatou que os produtores rurais não enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que vivem em 1,6 milhão de propriedades e representam na grande maioria a classe média rural, respondem por 76,3% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária. Os “pronafianos”, que são os pequenos produtores e agricultores familiares, estão em 3,3 milhões de propriedades, 64,4% do total, mas geram apenas 22,9% do faturamento da atividade. Desta forma, a publicação se contrapõe aos dados do Censo Agropecuário do IBGE, que constatou que a agricultura familiar é a responsável pelo abastecimento da população brasileira.
- Estudo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) a respeito do conceito e metodologia de apuração da classe média rural.

- Desenvolvimento de base de dados geográficos com a Universidade de Brasília (UnB) para possibilitar a elaboração de mapas temáticos para o setor agropecuário nacional. Os dados reproduzem o cenário atual da infraestrutura logística nacional e o uso do solo pela produção agropecuária e a produção de *commodities* e outros produtos sugeridos pela CNA. A ferramenta servirá de subsídio para a elaboração de políticas de planejamento de transporte que permitam a priorização e o direcionamento de investimentos que viabilizem o escoamento da produção a custos mais competitivos, considerando os diversos aspectos geográficos do País.
- Elaboração do relatório Caracterização do Corredor Noroeste de Exportação em projeto piloto que integra estudo mais amplo para caracterizar os corredores de exportação das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Com o objetivo de identificar os fatores intervenientes ao escoamento eficiente da produção, foram definidas a área de estudo, rotas e extensões das rodovias, ferrovias e hidrovias. Houve coleta de informações com os principais agentes envolvidos no processo de produção e transporte, como produtores, sindicatos, *tradings* e transportadores. A análise incluiu a possibilidade de expansão da produção em determinada região, além do processo logístico, com seus custos, tempo e problemas, entre outros.

Assuntos Econômicos

- Participação em audiência pública sobre a Lei Kandir, na Câmara dos Deputados, quando foi ressaltada a importância desta legislação para o agronegócio e os efeitos negativos caso alguns Estados passem a cobrar ICMS (Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias) sobre os produtos básicos ou semielaborados. Na apresentação, destacou-se que, se a Lei Kandir for revogada, o custo do ICMS para o complexo soja atingiria os R\$ 4 bilhões.
- Criação do banco de dados E-agro, que consolida dados econômicos que demonstram a importância do setor para o Brasil.
- Análise de desempenho do PIB do agronegócio, do Valor Bruto da Produção (VBP) e da balança comercial do setor, publicados no boletim Indicadores Rurais da CNA.
- Elaboração do balanço da safra 2009/2010, indicando os resultados da colheita e as necessidades de adaptação da política pública do setor.
- Ação junto ao Congresso para aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que possibilita o aumento de recursos previstos no Orçamento da União para a subvenção da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Aprovação deverá garantir recursos para a execução da PGPM em 2011.

Meio Ambiente

- Lançamento do **Projeto Biomas**, desenvolvido em parceria com Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), com o objetivo de viabilizar soluções técnico-científicas para a proteção e o uso sustentável de áreas rurais nos diferentes biomas brasileiros. Implantação de uma rede nacional de unidades demonstrativas, com ênfase no uso do componente arbóreo, a fim de estabelecer padrões para a produção sustentável. Realização de diversas reuniões para definição de plano de trabalho com cronograma físico-financeiro e do conteúdo do convênio assinado entre a Embrapa-Florestas e a CNA.
- **Projeto Biomas** - Realização de parcerias com as empresas Monsanto e Mitsubishi para a obtenção de recursos financeiros e materiais para desenvolvimento do Projeto Biomas. Negociação de entendimentos para novas parcerias com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa) e Ministério do Meio Ambiente.
- **Projeto Biomas** - Definição do desenvolvimento inicial do projeto no bioma Mata Atlântica. Estabelecimento de parcerias para formação da rede de pesquisadores do bioma, formada por 40 pesquisadores de unidades descentralizadas da Embrapa, professores de Universidades locais e de outros Estados (IFES, UFRJ, UENF, UFSM, UFV), pesquisadores de

Pampa

Pantanal

Mata Atlântica

outras instituições de pesquisa (INCAPER) e técnicos de empresas de reflorestamento industrial com grande presença em paisagens rurais dos tabuleiros costeiros (Fibria, VALE, IBAMA-RJ). Divulgação do Projeto Biomas em eventos realizados no País: Expointer (RS), Agrinordeste (PE), FEED (SP), Expozebu (MG), PecNordeste (CE), Feicorte (SP) e Feira do Empreendedor (MS).

- **Projeto Biomas** - Apresentação durante a 16ª Conferência das Partes da Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas – COP 16, em Cancún, no México. Ativa participação durante a Conferência, com a realização de entrevista coletiva com a imprensa especializada e contatos com organismos internacionais. Realização de duas palestras da presidente da entidade, senadora Kátia Abreu, sobre os princípios defendidos pela CNA para a compatibilização da consolidação da produção agropecuária brasileira com preservação ambiental. Distribuição de material técnico e institucional sobre o projeto Biomas e as posições adotadas pela entidade frente aos desafios enfrentados pelo setor na área ambiental.
- Participação nas discussões referentes às mudanças climáticas, especialmente no processo de elaboração do Plano Setorial da Agricultura, que definirá ações para a consolidação da produção agropecuária de baixo carbono. Acompanhamento, no âmbito internacional, das negociações bilaterais preparatórias para a COP 16, quando foram debatidos temas relevantes, como o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e pagamento por serviços ambientais.
- Ação permanente em favor da atualização do Código Florestal brasileiro. Participação em audiências públicas realizadas nos Estados, promovidas por sindicatos rurais e Federações de Agricultura. Os resultados integraram as propostas de aperfeiçoamento entregues pela Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA ao relator do projeto de lei que altera o Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PCdoB). Atuação em diversas reuniões com o relator e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados para apresentação de esclarecimentos

técnicos que subsidiaram o texto preliminar do relatório. Sugestões de emendas aos parlamentares ligados ao setor ao primeiro parecer. As principais emendas acatadas pelo relator e aprovadas na Comissão Especial da Câmara que analisou a matéria são: continuidade do uso em áreas de produção agropecuária consolidadas; manutenção dos critérios atuais de tipologia para fins de reserva legal; além da determinação que os critérios para fins de regularização da propriedade rural serão estabelecidos pelos Estados, por meio dos programas de regularização ambiental.

- Atuação em favor do Projeto de Lei da Câmara 101/10, que trata do licenciamento ambiental e da competência dos municípios, Estados e União quanto a autorizações para a supressão de vegetação. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, do Senado, com parecer favorável da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) nos termos negociados pela CNA quando da aprovação na Câmara dos Deputados. O projeto se encontra na Comissão de Meio Ambiente, aguardando parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR), que deverá proferir parecer convergente ao texto remetido pela CCJ.
- Criação da Subcomissão de Recursos Hídricos na CNA, com a finalidade de integrar a discussão entre os diversos segmentos ligados ao uso da água nas atividades agropecuárias. Deverá atuar na definição das estratégias de defesa do setor junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, além de acompanhar a tramitação dos projetos de lei que tratam de políticas ambientais, especialmente em relação ao uso, outorga e cobrança pelo uso da água.
- Levantamento de dados relativos a unidades de conservação ambiental criadas sem atender às exigências legais, no âmbito Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo, do Instituto CNA. O estudo mostrou que, na maioria das unidades de conservação, as restrições ambientais são impostas aos produtores sem o cumprimento da lei, especialmente quanto ao pagamento da justa e prévia indenização, o que caracteriza grave violação aos seus direitos. A assessoria jurídica da CNA acompanhou processos em que é questionada a criação desses “parques de papel”.

Questão Fundiária

- Manifestação pública a respeito do Programa Nacional de Direitos Humanos 2 (PNDH-2), criado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, denunciando os aspectos negativos para o setor, em especial as propostas de alteração no rito de reintegração de posse

das propriedades rurais invadidas, para tornar obrigatória a realização de audiência pública com os invasores antes do deferimento de medidas liminares. O referido programa também promove cancelamentos de títulos públicos e a alteração dos índices de produtividade, entre outras medidas. Elaboração de estudo que subsidiou a atuação da Presidência da CNA, levando a um amplo debate nacional sobre o tema. Acarretou, posteriormente, a revisão do PNDH pelo próprio Governo, em alguns de seus pontos, por meio do Decreto nº 7.177 de 12 de maio de 2010, que instituiu o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). O novo Decreto altera a ação programática “d”, do objetivo estratégico IV, diretriz 17, que elimina a participação dos invasores em eventual processo de mediação, a ser definido em projeto de lei. Permanecem na proposta governamental pontos que dificultam ou inviabilizam a concessão de liminares nas ações de reintegração de posse, decorrente de conflito coletivo agrário.

- Protocolo de documento no Ministério da Justiça pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, solicitando a criação de um plano nacional de combate às invasões de terras, sob a coordenação do ministro, nos mesmos moldes dos planos de combate ao tráfico de drogas, ao tráfico de pessoas e à pirataria. Pedido para que esse plano envolva não só as tropas da Força Nacional, mas também a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, para que monitorem as movimentações do MST, agindo preventivamente, com a participação de todos os poderes, não deixando somente à Justiça comum e aos produtores a tarefa de defender a propriedade. Também foi encaminhado ao ministro da Justiça um arquivo de

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

vídeo com imagens de invasões e ações do MST coletadas em diferentes pontos do Brasil. Foi a primeira ação da campanha “Vamos tirar o Brasil do Vermelho – Invasão é crime”, lançada pela CNA.

- Início da campanha de coleta de assinaturas junto à população urbana de cidadãos que repudiam as invasões de terras, com a participação das Federações da Agricultura nos Estados, com estimativa de um milhão de adesões. Apresentação de vídeos que mostram as invasões de terras, os prejuízos e os resultados da violência produzidos durante as apropriações ilegais das propriedades rurais em locais de grande circulação de pessoas nas maiores cidades brasileiras.
- Manifestação em Brasília, liderada pela presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, reuniu dois mil produtores rurais, todos trajando roupas brancas, oriundos de diversos pontos do Brasil, para pedir paz no campo. Celebração de missa em Ação de Graças, na Catedral Metropolitana da Capital Federal, no início da manhã. Em seguida, os produtores saíram em caminhada pelo gramado central da Esplanada dos Ministérios. Em frente ao Congresso Nacional foi descerrada uma bandeira gigante (2.500 metros quadrados de área e 800 quilos) com a mensagem “Queremos paz no campo – Não às Invasões”, que recebeu as assinaturas de todos os presentes. Logo após, os produtores rurais posicionaram-se em volta da bandeira, simbolizando um grande abraço a todo o Congresso Nacional e, assim, reforçaram o pedido de apoio à paz no mundo rural brasileiro. Acompanhada por líderes rurais, a presidente da CNA entregou ao presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney (PMDB/AP), documento solicitando apoio à proposta de criação do Plano Nacional de Combate às Invasões.
- Atuação no Congresso em defesa da prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada para investigar os repasses de verbas para o MST. Recurso do senador Eduardo Suplicy (PT/SP), alegando impedimentos regimentais para a prorrogação aprovada pelo plenário, foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Senado. A CPMI do MST continuará trabalhando até janeiro de 2011.
- Lançamento do Observatório das Inseguranças Jurídicas do Campo para mapear em todo o Brasil as ameaças ao direito de propriedade e medir os prejuízos causados pelas invasões de propriedades rurais. Trata-se de um núcleo de pesquisas estratégicas responsável por sistematizar um mapeamento consolidado das invasões de propriedades rurais, efetivas ou iminentes, entre outras análises. Com o Observatório, o setor terá um banco de dados capaz de informar a sociedade e os órgãos de governo sobre a ocorrência de situações que

prejudicam a atividade agropecuária, principalmente nas áreas fundiária e ambiental. Os levantamentos realizados apontaram prejuízo de mais R\$ 9 bilhões no faturamento da atividade agropecuária nos Estados do Pará, Mato Grosso, Maranhão e Bahia, diante do litígio agrário em mais de 4,6 milhões de hectares de terras. O estudo também apontou perda de R\$ 1,3 bilhão na arrecadação de tributos federais e estaduais no agronegócio e a redução de 50,8 mil empregos no setor rural. Participou da solenidade de lançamento o então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, que fez palestra sobre o avanço e a modernização do Poder Judiciário nos últimos anos, além do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na época, Reinhold Stephanes, parlamentares e representantes de entidades ligadas ao Poder Judiciário.

- Monitoramento das 89 invasões ocorridas em abril, durante o chamado “Abril Vermelho”, por integrantes do MST, pelo Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo. Elaboração de um boletim diário sobre as invasões, reintegrações de posse, cumprimentos das reintegrações e dos prejuízos das invasões para o setor produtivo.
- Formalização de pedidos de providência ao Procurador-Geral da República e ao Ministro de Estado da Justiça, solicitando medidas voltadas a combater o denominado Abril Vermelho, movimento criminoso de invasões perpetrado pelo MST.
- Formalização de representações contra o Ouvidor Agrário Nacional junto ao Procurador-Geral da República e à Controladoria-Geral da União, indicando sua prática ilícita de atuar em juízo na defesa dos interesses do MST e de demais grupos organizados de invasores de terra.
- Participação na discussão do substitutivo ao Projeto de Lei do Estatuto do Produtor Rural (PLS 325/2006) e apreciação das sugestões do autor do projeto, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) referentes às áreas fundiária, trabalhista, agrícola e ambiental. Acompanhamento de audiência pública, convocada por requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), com adendo dos senadores João Pedro (PT-AM) e Augusto Botelho (s/partido-RR), e requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), para instruir o projeto de lei e analisar questões relacionadas ao direito de propriedade. Atuação no debate de versão do substitutivo do PLS 325/2006 para apreciação na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado. A proposta original do referido Estatuto se encontra na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) da Casa.
- Solicitação de prorrogação do prazo para pagamento da Taxa de Serviços Cadastrais, via internet, para a emissão do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) dos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009. A CNA informou a presidência do INCRA que foram constatadas dificuldades técnicas no serviço eletrônico para pagamento da referida taxa.
- Reunião da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários com representantes do INCRA sobre a proposta do órgão de digitalizar a certificação dos imóveis rurais para desburocratizar o processo. Informaram que a emissão do CCIR, referente aos anos de 2006/2007/2008 e 2009, será facilitada com a emissão de novas normativas. Esclareceram que as exigências de georreferenciamento e certificação de imóveis rurais somente são cabíveis para os casos de transferência de titularidade (compra, venda, doação), remembramento e desmembramento da propriedade. Também ficou definido que a atualização cadastral não exige planta e memorial descritivo georreferenciados com certificação do INCRA, devendo

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

apenas preencher os formulários da Declaração de Cadastro de Imóveis Rurais (DP).

- Ação junto ao INCRA em defesa do desbloqueio do CCIR de mais de 90 mil propriedades rurais, que permitiu a autorização de emissão imediata do CCIR para 73.112 imóveis, o que corresponde a 103,8 milhões de hectares. Também foram modificados normativos internos do INCRA para dar maior celeridade aos processos de certificação, atualização cadastral e recadastramento dos imóveis rurais.
- Participação em audiência com o ministro Gilson Dipp, então Corregedor Nacional de Justiça, para tratar do provimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) relativo ao cancelamento de matrículas de imóveis rurais no Estado do Pará.
- Realização de dois *workshops* sobre regularização fundiária em Ji Paraná e Porto Velho, em Rondônia. O secretário-executivo adjunto extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Carlos Guedes, informou produtores, presidentes de sindicatos rurais e representantes da Federação da Agricultura sobre o processo de regularização fundiária no Estado. Comprometeu-se a propor ao Grupo Executivo Intergovernamental (GEI) a redução dos encargos financeiros sobre o valor da terra nua no processo de regularização fundiária. Entre as medidas propostas, estão: a exclusão da correção pelo IGPM ou TR atribuída na parcela; redução da taxa de juros de 6,75% para 3% para as propriedades acima de 4 a 15 módulos rurais (médias propriedades) e de 6,75% para 2% para as propriedades acima de 1 a 4 módulos fiscais (pequenas propriedades), além de redução nos índices de adequação de preço sobre o valor de referência da planilha referencial do INCRA.
- Atuação em favor da aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, do Senado, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 3/2004, que permite a indenização de proprietários rurais cujas terras sejam reconhecidas pela União como terras indígenas. Segundo o texto constitucional, apenas as chamadas benfeitorias úteis e necessárias são indenizadas. Encaminhamento de informações técnicas e jurídicas ao relator, senador Valter Pereira (PMDB-MS), que apresentou substitutivo estendendo o direito de indenização da terra nua aos proprietários de terras com títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público. Seu relatório também garante aos proprietários o direito de questionar judicialmente a demarcação das terras indígenas, atualmente vedado pela Constituição. Essa restrição fere o direito de propriedade, ato jurídico perfeito e o direito de acesso à justiça. A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.
- Trabalho na Câmara dos Deputados pela rejeição de emenda à Medida Provisória 472, que

propunha a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). Além de ter caráter consultivo e deliberativo, seria composto por 59 membros, entre representantes do governo federal, povos e organizações indígenas, entidades indigenistas e pelo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável pelo voto de desempate nas votações. O setor produtivo ficaria excluído dos debates e das decisões a serem tomadas pelo CNPI. Alertou-se para os vícios de inconstitucionalidade da matéria, entre os quais o fato da política indigenista ser de competência exclusiva da União, não podendo ser delegada a outros entes ou conselhos.

- Apoio às indenizações e reassentamento de famílias de pequenos produtores do município de São Félix do Xingu, no Pará. Diante da iminente homologação da demarcação da área como indígena Apyterewa por decreto presidencial, elaborou-se minuta de termo de ajustamento de conduta, em apoio às 260 famílias de não índios, pequenos agricultores, na região a ser atingida pela ação governamental. O objetivo da proposta é garantir que as citadas famílias tenham assegurados o pagamento de suas benfeitorias e o adequado reassentamento.
- Participação em audiência pública no município de Autazes, no Amazonas, sobre as identificações e demarcações das pretensas Terras Indígenas Ponciano, Murituba e Sissaína, em apoio à Federação de Agricultura do Estado do Amazonas (FAEAM). A demarcação dessas terras indígenas representará a expropriação de mais de 400 propriedades rurais na maior bacia leiteira do Estado do Amazonas, com grave impacto socioeconômico no município.
- Organização de reunião técnica entre representantes e presidentes de Federações Estaduais de Agricultura dos Estados do Nordeste com a direção nacional do INCRA e representantes estaduais do INCRA sobre o cadastro de imóveis rurais e emissão do CCIR, processo de cancelamento de cadastro no perímetro urbano, aprovação de projetos de loteamento e certificação de imóveis rurais.
- Entendimento com o Governo Federal sobre a regulamentação da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que estabeleceu a regularização fundiária da Amazônia Legal, especialmente quanto à necessária alteração dos valores referenciais de preço da terra, quanto à incidência dos índices relativos à ancianidade, especificidades regionais (localização e condições de acesso) e dimensão dos imóveis. Como resultado deste trabalho, o Governo publicou a Portaria nº 1º, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 19/5/2010, que fixa os procedimentos para definição de valor, encargos financeiros e formas de pagamento dos imóveis a serem alienados de forma onerosa no âmbito da Amazônia Legal. Essa proposta atende a reivindicação do setor produtivo, diante do alto custo da regularização dos imóveis rurais. Assim, em nenhuma hipótese, o valor dos imóveis ultrapassará o valor mínimo estabelecido em planilha referencial de preços. O Governo não atendeu, no entanto, às solicitações da CNA para redução da taxa de juros das médias propriedades de 6,75% para 4,5%, com a aplicação da taxa de juros do Finame Rural PSI; e redução da taxa de juros das pequenas propriedades de 6,75% para 2%, com a aplicação da taxa de juros do Pronaf

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

- Participação na 6ª Reunião Ordinária do Grupo Executivo Intergovernamental para a Regularização Fundiária na Amazônia Legal, do qual a CNA é membro efetivo. Na ocasião, foram discutidos os seguintes pontos: Convênio CNJ/MDA/INCRA de R\$ 10 milhões de reais; modernização dos Cartórios da região Amazônica; fortalecimento do registro de imóveis e segurança jurídica; integração com todos os assentamentos registrais por meio de rede de banco de dados; balanço operacional do primeiro ano do Programa Terra Legal; e programação do 2º semestre 2010 – planejamento para 2011.
- Apoio ao reassentamento dos proprietários rurais que tiveram suas terras demarcadas como indígenas na criação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol durante reunião, na sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.
- Busca de solução administrativa para os contratos fundiários da Amazônia Legal após a regulamentação da Lei nº 11.952, de 25/06/2009. Sensibilização da União sobre a necessidade de definição de procedimentos para análise e conclusão dos processos administrativos relativos a títulos definitivos, emitidos pelo INCRA até 10/2/2009, mais conhecidos como Contratos de alienação de terra pública (CATP) e Contratos de Promessa de Compra e Venda (CPCV), decorrentes de regularização fundiária em áreas rurais da União e do INCRA, Na Amazônia Legal.
- Intercâmbio entre CNA e Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), representado pela presidente interina da sua Comissão Permanente de Direito Agrário, Maria Cecília Ladeira de Almeida, quanto a inadequação da aplicação dos indicadores do GUT (Grau de Utilização da Terra) e GEE (Grau de Eficiência da Exploração) para aferir a produção racional e dos critérios subjetivos (inconstitucionais) da autodeterminação e autoindicação das terras de remanescentes das comunidades de quilombos. Discussão de temas importantes do direito agrário, como a implantação do direito agrário como disciplina obrigatória nos cursos de direito e agronomia, a possibilidade de criação de uma justiça agrária e/ou de varas agrárias, a demarcação de terras indígenas e a atualização dos índices de produtividade. A CNA foi convidada a participar da Comissão Permanente de Direito Agrário do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB).
- Obtenção de levantamento dos processos de georreferenciamento protocolados pelos proprietários rurais junto ao INCRA, por Estado, encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 2009.

- Apoio à Federação de Agricultura do Estado do Maranhão em questões fundiárias para a obtenção de informações sobre o andamento das titulações de terras de remanescentes das comunidades dos quilombos. CNA e FAEMA foram convidadas pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Maranhão a participar da regulamentação da Lei Estadual nº 9.169, de 19/4/2010, que dispõe sobre terras de remanescentes das comunidade dos quilombos.
- Encaminhamento de pedido da presidência da Comissão nacional de Assuntos Fundiários da CNA ao desembargador corregedor do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antônio Guerreiro Júnior, pela revogação do provimento nº 29/2009 do TJMA, de 13/08/2010, estabelecendo que antes das concessões de liminares de reintegração de posse fossem ouvidos órgãos fundiários, Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública. Solicitação atendida após reunião com a participação da presidência da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (FAEMA).
- Audiência com o juiz Auxiliar e coordenador do Comitê Executivo do Fórum Agrário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Marcelo Martins Berthe, a respeito da ingerência do Ouvidor Agrário Nacional no Poder Judiciário nos processos judiciais e junto às corregedorias dos tribunais estaduais. Também foi abordada a decisão do corregedor do CNJ, em resposta ao requerimento do Ministério Público, que determinou aos cartórios de registro de imóveis de todo o País que passem a informar, trimestralmente, às corregedorias dos tribunais de justiça todas as compras de terras por empresas brasileiras controladas por estrangeiros. A atuação do Comitê Executivo do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ no cancelamento de registro imobiliários também foi tema do encontro, assim como a mediação dos conflitos fundiários.
- Análise técnica sobre o a decisão da Corregedoria-Geral de Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou o cancelamento administrativo de registros de matrículas irregulares em comarcas do Estado do Pará. Avalia que os mencionados cancelamentos administrativos são passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário, de acordo com o princípio da inafastabilidade de jurisdição, previsto na Constituição. Enfatiza, ainda, que o cancelamento dos registros de matrículas não implica a perda ou descaracterização da posse de quem regularmente a exerça, com base no título afetado. Verifica que o referido cancelamento de títulos resultará em lesão e danos a direitos, pois os atuais proprietários passarão à condição de meros possuidores de suas terras, motivo que justifica, por si só, o ingresso na via judicial. Assim, o proprietário poderá pleitear, judicialmente, a anulação do ato administrativo de cancelamento. Considera, também, que a medida da Corregedoria fere o princípio do contraditório e da ampla defesa em sede administrativa (art. 5º, inciso LV). Destaca, por fim, que não se deve confundir nulidade do título com nulidade do registro do título. O cancelamento do registro por nulidade pode até ser feito na via administrativa, mas a declaração de nulidade de um título que serviu de base para o registro, necessita, obrigatoriamente, de decisão judicial transitada em julgado. Conclui que não existe, *a priori*, previsão expressa e objetiva para cancelamento administrativo de registros de matrículas

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

irregulares em comarcas do Estado do Pará, mas uma interpretação teleológica, ou seja, a construção de um argumento para justificar o fim desejado.

- Elaboração de pareceres técnicos sobre aquisição de terras por estrangeiro e sobre o parecer da Consultoria Geral da União, em conjunto com a Advocacia Geral da União, que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros ou empresas brasileiras controladas por estrangeiros. O documento fixa nova interpretação para a Lei nº 5.709/71, compatível com a atual realidade da estrutura fundiária nacional e com a Constituição, além de esclarecer dúvidas quanto à aquisição ou arrendamento de imóveis rurais no Brasil por estrangeiros. Conclui estabelecendo que os limites e restrições à aquisição e ao arrendamento de imóveis rurais previstos, respectivamente, na Lei nº 5.709, de 1971, e na Lei nº 8.629, de 1993, passará a abranger, além das pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, as pessoas jurídicas brasileiras com a maioria do capital social detida por estrangeiros, pessoas físicas, residentes no exterior, ou jurídicas, com sede no exterior. No entanto, para que as restrições abranjam, também, as pessoas jurídicas brasileiras, com brasileiros detendo a maioria do capital social e as pessoas jurídicas brasileiras, com a maioria de seu capital social detida por estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou com sede no Brasil, o Governo precisará enviar projeto de lei para discussão e aprovação no Congresso Nacional.
- Discussão com o INCRA sobre a emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e o processo de Certificação de Imóveis Rurais no Estado do Tocantins, atendendo reivindicação do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins (FAET), Ângelo Crema Marzola Júnior. Como resultado, foi realizada reunião técnica na FAET, sobre o tema “Nivelando Informações sobre Certificação de Georreferenciamento e Cadastro de Imóveis”.
- Realização de webconferência, via Canal do Produtor, para esclarecer dúvidas sobre a declaração do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e do Ato Declaratório Ambiental (ADA). Foram respondidas diversas questões apresentadas por produtores rurais, contadores e advogados, sobre os seguintes temas: valor da terra nua a ser declarado; cálculo do ITR; o que fazer quando a fazenda está invadida por integrantes de movimentos sociais; importância da declaração do ITR para a obtenção de financiamentos rurais e transmissão do imóvel. Acompanharam a transmissão 526 pessoas.
- Participação em audiência com o Ministro Gilmar Mendes, então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), para entrega de memoriais e apresentação das razões da CNA na Proposta de Súmula Vinculante nº 49, na qual se discute o estabelecimento de limites temporais para a demarcação de terras indígenas.

Trabalho e Previdência

- Participação em audiência com o ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal (STF), relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade em que a CNA impugna, por violação a diferentes direitos fundamentais consagrados na Constituição, a portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que instituiu a chamada “Lista Suja do Trabalho Escravo”.
- Debate sobre as dificuldades para a aplicação da NR 31 na pequena propriedade rural nas Federações da Agricultura dos Estados do Paraná, Goiás, Bahia, Pará e Minas Gerais. O objetivo destas reuniões técnicas é subsidiar a estruturação de uma proposta do setor agropecuário com as sugestões para alteração da NR 31, a ser encaminhada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Participação na 2ª Reunião da Comissão Permanente Nacional Rural (CPNR), no MTE, quando o representante da ANFAVEA/ABIMAQ apresentou as “Propostas para Melhoria dos Requisitos da NR 31 Referentes às Máquinas Agrícolas e Máquinas Rodoviárias em Aplicação Agrícola e Florestal”. Destacou as principais limitações à instalação de kits de segurança no campo: frota dispersa; projetos descontinuados; logística e instalação em regiões remotas; pirataria. Criado Grupo Técnico para discussão do item 31.12 da NR 31, com a recomendação de que buscassem o consenso.
- Reunião com ANFAVEA (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores), ABIMAQ (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) e CNI (Confederação Nacional da Indústria) para discutir o item que dispõe sobre máquinas e equipamentos da NR (Norma Regulamentadora) 31 e traçar estratégias de negociação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para revisão da referida norma. Após discussão, houve consenso a respeito da não retroatividade da norma, defendida pela CNA desde o início das negociações com o Executivo.
- Reunião da CT-SST (Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho) sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), aprovada após discussões entre os membros da Comissão.
- Ação em favor da suspensão da Resolução 281/08, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que previa a obrigatoriedade de emplacamento e licenciamento de tratores e máquinas agrícolas, além da habilitação dos seus condutores, a partir do dia 1º de julho de 2010. A Resolução foi suspensa após participação da CNA em audiência pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara dos Deputados, que discutiu o assunto.
- Participação em reunião de trabalho, na CNA, com a Relatora Especial da ONU para as formas modernas de escravidão, suas causas e consequências, Gulnara Shahinian, que recebeu estudos a respeito da imprecisão da legislação brasileira a respeito do trabalho forçado. O relatório apresentado posteriormente ao Alto Comissariado da ONU para os Direitos

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Humanos refletiu a opinião da CNA de que a legislação atualmente em vigor é inadequada, necessitando de alterações.

- Realização de estudos para elaboração de propostas de alteração no art. 149 do Código Penal, que define o crime de redução à condição análoga à de escravo, para tornar a lei mais precisa, evitando apreciações subjetivas e arbitrárias das autoridades.
- Atuação em audiências públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre trabalho escravo, como a ocorrida em Vilhena, em Rondônia, instruindo os produtores acerca de seus direitos e sobre a conveniência de assinarem termos de ajustamento de conduta com o MPT.
- Participação em diversas reuniões e fóruns sobre a erradicação do trabalho escravo, registrando as peculiaridades do trabalho rural, em especial no III Seminário Internacional do Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo, no II Encontro Nacional do Fórum de Assuntos Fundiários do Conselho Nacional de Justiça e na IV Reunião Científica Trabalho Escravo Contemporâneo e Questões Correlatas.
- Elaboração de estudo indicando as irregularidades da Portaria nº 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o ponto eletrônico, com regras extensivas ao setor agropecuário, que impõe condições cuja observância é impossível nas propriedades rurais brasileiras. Em consequência desse estudo e da atuação junto ao Ministério, as novas regras tiveram sua vigência postergada e estão em fase de revisão.
- Prestação de consultoria na elaboração de um Estatuto Modelo para sindicatos rurais, de modo a diminuir as dificuldades de obtenção do registro sindical junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.
- Representação do setor junto à Comissão Permanente Nacional Rural, do Ministério do Trabalho e Emprego, proporcionando decisões mais apropriadas e compatíveis com os interesses dos produtores.
- Participação na 99ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça, com a participação de aproximadamente 4.000 representantes de governos, empregadores e trabalhadores, provenientes dos 183 países. A CNA apresentou as demandas do setor agropecuário brasileiro relacionadas com a regulação internacional do trabalho.

- Acompanhamento, junto ao Supremo Tribunal Federal, das ações envolvendo o chamado FUNRURAL (em especial o RE 363.852), elaborando estudos que subsidiaram o atendimento a produtores interessados em avaliar o impacto dessas decisões em suas atividades e em suas aposentadorias.

Infraestrutura e Logística

- Apresentação de propostas e coordenação de debates, com o objetivo de elevar o ganho do produtor por meio da redução dos custos provenientes da logística, junto à Câmara Temática de Logística do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Comissão de Portos da Ação Empresarial; Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); Associação Nacional dos Usuários de Transporte (ANUT); e Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC).
- Coordenação do grupo de trabalho denominado Corredores de Exportação, da Câmara Temática de Logística do Agronegócio, do MAPA, com a participação de representantes do Governo, empresas privadas e usuários do sistema de transporte brasileiro. A CNA ponderou, entre outras questões, a necessidade de convergência de esforços para o desenvolvimento dos corredores de exportação do Arco Norte.
- Participação no Grupo de Trabalho e Assessoramento da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (GTA/ANTAQ) para o estabelecimento das condições de operação das vias navegáveis integrantes do Sistema Hidroviário Nacional (SNH). Busca-se garantir o acesso do transporte aquaviário, especialmente nos reservatórios de aproveitamentos hidrelétricos. Os rios analisados até o momento foram o Rio Tocantins (Lago Tucuruí) e o Rio São Francisco (Lago de Três Marias).
- Acompanhamento do Plano Estratégico Hidroviário (PEH), do Ministério dos Transportes, com a finalidade de contribuir para a identificação das hidrovias prioritárias para o País, das limitações atuais e a necessidade de melhoramentos e ampliações da rede hidroviária nacional. Após três reuniões, o grupo aprovou o portfólio de investimentos em 61 eclusas, abrangendo o período de 2011 a 2027. A Secretaria de Política Nacional de Transportes assegurou que o resultado do trabalho será incorporado ao Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT).
- Definição das obras de infraestrutura de maior importância ao agronegócio para inclusão no Orçamento Geral da União (OGU) de 2011. Com base nas análises realizadas para verificar os recursos para a infraestrutura logística, nas entrevistas com os órgãos do Governo e agentes da iniciativa privada, a CNA constatou a necessidade de mobilização para ampliar as dotações para estudos e projetos alocados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DNIT).

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

- Defesa dos projetos de lei que estabelecem a isenção do AFRMM (Adicional de Frete Para Renovação da Marinha Mercante) sobre fertilizantes e alimentos. Atuação junto à Comissão de Desenvolvimento Regional, no Senado Federal, em favor do Projeto de Lei 237/08, da senadora Kátia Abreu (DEM/TO), que isenta de pagamento do adicional do frete da Marinha Mercante para fertilizantes, defensivos e matérias afins. O projeto seguiu para apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado.

Defesa Agropecuária

- Coordenação do trabalho de implementação do projeto Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), em parceria com o MAPA. Esta plataforma integra a emissão eletrônica de Guia de Trânsito Animal (GTA) e o Sisbov (Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos). Após a validação do protocolo, em setembro, o piloto do projeto começou a ser executado em nove Estados.
- Reuniões de trabalho com a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA para levantamento de necessidades para a composição do módulo Formação da Base Única da Plataforma de Governança Aplicada à Agricultura e Pecuária (PGA).
- Participação em reunião sobre o Regulamento 1107-09-ECC, que trata da Estratégia de Defensivos Agropecuários da União Européia (EU).
- Análise dos documentos sobre Recomendações de Gestão de Risco para Medicamentos Veterinários e Lista de Prioridades dos Medicamentos Veterinários, em reunião do Grupo Técnico de Resíduos de Medicamentos Veterinários do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil.
- Participação na 78ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Seguro Rural

- Reuniões no Ministério da Fazenda para discussão e aprimoramento do Projeto de Lei da Câmara 22, que trata da criação do Fundo de Catástrofe.

- Atuação no Congresso em favor da aprovação do PLC 22/2010, que instituiu o Fundo de Catástrofe. A matéria foi amplamente discutida com deputados, senadores e representantes de outras entidades. Na Comissão de Constituição e Justiça, do Senado Federal, a relatora da matéria, senadora Katia Abreu (DEM/TO) acatou proposta de acordo resultante de negociação da CNA com parlamentares, entidades e Governo. A proposição foi votada em plenário, em regime de urgência. Sancionada em 26 de agosto de 2010, a Lei Complementar 137/10 sofreu vetos pontuais na Presidência da República, sem prejuízos para o texto negociado pela CNA e ratificado pelo Congresso.

-
- Reunião com as Federações da Agricultura estaduais, Banco do Brasil e Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para analisar a aplicação dos recursos do Plano Agrícola e Pecuário 2009/10.
 - Participação ativa nas negociações sobre a Medida Provisória 470/09, que constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal. Trabalho junto aos líderes partidários para incluir na proposta do Governo a prorrogação de débitos inscritos na Dívida Ativa da União, bem como descontos para a sua liquidação. A ampla discussão possibilitou, ainda, a aprovação de descontos exclusivos para as dívidas da lavoura cacaeira.

NOVAS AÇÕES E CONQUISTAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

- Atuação no Senado Federal para aprovação da remissão de dívidas do Nordeste e a subvenção para a cobertura parcial de prejuízos dos últimos cinco anos dos produtores independentes de cana-de-açúcar, além das reivindicações atendidas na negociação anterior, por ocasião da votação da Medida Provisória 472/09, após a MP 470/09 ter perdido a eficácia por não ter sido votada no prazo. Na Câmara dos Deputados, a CNA conseguiu apoio para a rejeição da emenda que criava o Conselho Nacional de Políticas Indigenistas.
- Reuniões com instituições bancárias e Ministério da Agricultura para tratar de mudanças nas resoluções do Banco Central relacionadas ao crédito rural.
- Participação no Grupo de Trabalho sobre Reestruturação da Política Agrícola, abrangendo a discussão sobre a criação de uma central de riscos de crédito para o setor agropecuário, a desoneração de tributos da cadeia de alimentos e a instituição de um perfil tributário diferenciado para o setor rural. Atualmente, as discussões estão sendo conduzidas na Secretaria de Receita Federal.
- Elaboração de minuta para alteração da Resolução 3772, do Banco Central, que trata da renegociação das dívidas de investimento. A proposta foi acatada pelo Ministério da Fazenda e resultou na publicação da Resolução 3860, do Banco Central.

Pequena Propriedade

- Atendimento a Federações e Sindicatos dos Estados do RS, PR, SC, SP, MG, ES, MT, MS, GO, TO, PA, CE, PI, BA, PE e PB nas questões relacionadas à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Para o produtor rural ter acesso aos recursos do Pronaf é necessário possuir a DAP, que é emitida pelo sindicato rural do Município.
- Realização de treinamento do Sistema DAPweb para representantes das Federações Estaduais de Agricultura e Pecuária integrantes do Sistema CNA. O referido treinamento permitiu a discussão de questões relacionadas à emissão da DAP, possibilitando um atendimento mais eficiente ao produtor rural.
- Orientação e encaminhamento de credenciamentos junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de 26 Sindicatos de Produtores Rurais e 152 emissores (pessoas físicas), habilitando-os ao fornecimento da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).
- Reunião da Comissão Nacional da Pequena Propriedade para discussão de propostas para o Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, entregues posteriormente ao Departamento

de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. Entre as propostas, destacam-se: aumento de 40% no limite máximo das linhas de financiamento no âmbito do Pronaf, inclusive o dos créditos emergenciais; ressarcimento de despesas na elaboração da DAP; sugestão de rebate de 70% e 90% da renda bruta proveniente da cafeicultura e da pecuária leiteira, respectivamente, o que permitiria que mais produtores rurais fossem beneficiários dos recursos do Pronaf.

Relações Internacionais

- Participação nos trabalhos de coordenação das atividades de promoção comercial realizadas por diferentes órgãos a convite da Divisão de Programas de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores (MRE).
- Formalização de petição de *amicus curiae* em processo ajuizado pela Associação Nacional dos Produtores de Alho no Supremo Tribunal Federal (ADPF 177), defendendo os produtores brasileiros contra a concorrência desleal do alho importado da China, o qual tem entrado no Brasil livre do pagamento de tarifas *anti-dumping*.

Ações de Comunicação

- Geração de 2.153 notícias em 2010 (1º de janeiro a 27 de outubro) em 277 veículos de comunicação, impressos e *online* nacionais, regionais e especializados, o que corresponde a um espaço ocupado de 75.728 centímetros e um público de 21.231.208 leitores. Se este espaço na mídia fosse pago, o valor seria de R\$ 9.534.459,00.
- Veiculação de 370 matérias na mídia espontânea de televisão, com tempo de exposição de 22 e 15 segundos (janeiro a 27 de outubro), o que representaria um custo de R\$ 72.091.546, 84, caso o espaço fosse comercializado.
- Elaboração e distribuição de 34 edições do informativo Trabalhos da Semana e de 37 edições do boletim Macroeconomia. Criação de três novos informativos: Vamos Tirar o Brasil do Vermelho (4 edições), Deu no Censo Agropecuário (2 edições) e Questão Ambiental (1 edição).
- Realização de nove edições do programa Campo vai à CNA, criado com o objetivo de aproximar os sindicatos rurais da Confederação, com a participação de 845 lideranças sindicais rurais de nove Estados: Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Minas Gerais, Pará e Santa Catarina. Durante os encontros, na sede da CNA, em Brasília, os dirigentes assistiram a palestras da presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, do superintendente geral, Moisés Gomes, dos secretários executivos do SENAR, Daniel Carrara, do Instituto CNA, Marcelo Garcia, do consultor do SENAR, Omar Hennemann, e dos jornalistas

Heraldo Pereira, da TV Globo, e Fábio Telles, da empresa Talk Interactive. As ações do Sistema CNA/SENAR em benefício do produtor rural e estratégias de comunicação para o setor foram os principais temas abordados nas apresentações.

- Organização do programa **CNA em Campo**, em Varginha, Minas Gerais, deu continuidade às grandes reuniões iniciadas em 2009 da presidente da CNA com produtores rurais e representantes de diversos segmentos da sociedade civil, com o objetivo de mostrar a verdadeira face do setor agropecuário e buscar o diálogo com as bases do Sistema CNA/SENAR. O evento contou com palestras da presidente da CNA e do Conselho Deliberativo do SENAR, senadora Kátia Abreu, além do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG), Roberto Simões, e do presidente da Comissão Nacional do Café da CNA, Breno Mesquita.
- Produção de 303 textos pela Assessoria de Comunicação, entre *releases*, notas oficiais, notas à imprensa, comunicados e avisos de pauta. Os textos foram publicados no Canal do Produtor e/ou enviados ao *mailing* com mais de nove mil jornalistas de veículos nacionais e regionais.
- Lançamento da nova versão do Canal do Produtor, que obteve média de 55 mil visitas por mês, em 2010.
- Publicação de 3.105 notícias no Canal do Produtor (1º de janeiro a 27 de outubro), sendo 651 sobre o Sistema CNA/SENAR e 2.454 notícias de jornais, revistas e emissoras de rádio e TV.
- Cadastro de mais de 12 mil pessoas no Canal do Produtor para receber informações da CNA em suas caixas de e-mail.
- Oferta gratuita de criação de contas de e-mails do Canal do Produtor, com a adesão de sete mil pessoas.
- Implantação de novas redes sociais, com a criação de perfis do Canal do Produtor no Twitter e no Orkut. O Twitter atraiu mais de 1,5 mil seguidores, enquanto no Orkut foram criadas quatro comunidades. Foi criado, ainda, um perfil do Canal do Produtor no Facebook.
- Criação do blog do Projeto Senar Rondon para acompanhar as atividades diárias dos 210 estudantes universitários que passaram duas semanas em 10 municípios de Minas Gerais, Bahia e Tocantins, onde permaneceram por duas semanas. Foram publicadas 500 postagens e 110 comentários, com mais de 25 mil acessos. As atividades do projeto foram acompanhadas em campo pela equipe da Assessoria de Comunicação, no período de 19 a 25 de julho, nos municípios de Paranã e Peixe, no Tocantins, com a produção de textos e fotos para o blog e o Canal do Produtor.
- Transmissões ao vivo, pelo Canal do Produtor, dos seguintes eventos: lançamento do Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo; lançamento do programa Com Licença Vou à Luta; edição

- nacional do seminário “O que esperamos do próximo presidente”; lançamento do Estudo Nacional sobre as Escolas Rurais no Brasil; Encontro com os Presidenciais, com a presença do candidato José Serra; entrevista coletiva da presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, sobre a proposta de alteração do Código Florestal; início dos trabalhos do Projeto Senar Rondon 2010, com a participação de alunos, professores, dirigentes do SENAR e do Instituto CNA.
- Realização de webconferência, com transmissão ao vivo, sobre a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) e o Ato Declaratório Ambiental (ADA), acompanhado por 525 pessoas pelo Canal do Produtor, e por 620 pessoas pelo vídeo disponibilizado após a transmissão. As notícias publicadas sobre a webconferência tiveram 250 *pageviews* (número de vezes que uma página da internet é visualizada em algum navegador).
 - Criação de *hotsite* no Canal do Produtor dedicado ao Dia do Agricultor.

PRODUÇÃO DO VEGETAL

Café

- Levantamento dos custos de produção de café nas regiões produtoras, posteriormente apresentados ao Ministério da Fazenda, gerando subsídios para a realização de políticas públicas regionalizadas, que tratem de maneira pontual os grupos de cafeicultores que querem honrar seus compromissos:
 - Estudo pelo governo de preço mínimo diferenciado para as regiões cafeeiras montanhosas do País, como forma de corrigir as distorções nas políticas públicas;
 - Elaboração de estudo visando a substituição opcional das lavouras de café do Paraná por outra atividade mais rentável ou criação de medidas focando o aumento de competitividade local diante do endividamento causado pelo elevado custo de produção da região. Trabalho realizado em parceria com entidades de pesquisa do Estado, Embrapa-Café, Ministérios da Fazenda, Agricultura e Desenvolvimento Agrário.
- Ação em favor da implementação de Política de Geração de Renda na Cafeicultura, baseada na liberação de recursos para a pré-comercialização, com base no valor de 100% do preço mínimo de garantia (R\$ 261,69), com prazos de reembolso de até 540 dias. A operação possibilitou maior controle da entrada de cafés no mercado em período de baixas cotações, proporcionando aumento significativo dos preços via redução de oferta.
- Articulação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para agilizar o pagamento aos produtores referente ao primeiro Leilão de Opções Públicas de Café.

- Solicitação de mudança da Portaria nº581, que trata do padrão do café a ser entregue como quitação da Dação em pagamento, em virtude das adversidades climáticas no período de colheita da safra atual. Proposta permitiria a adequação desses cafés aos respectivos deságios nos preços/valores de troca.
- Apoio à elaboração do Projeto de Lei 4.699, referente à securitização de mutuários junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), para permitir a liquidação da dívida dos produtores que se encontram em situação de inadimplência.
- Participação na elaboração da cartilha Café Seguro, coordenada pelo Cecafo (Conselho dos Exportadores de Café do Brasil), para atender aos limites máximos de resíduos de alguns agrotóxicos no café verde brasileiro exportado para o Japão.
- Criação de Grupo de Trabalho para desenvolver plano estratégico de Indicação Geográfica de acordo com as demandas regionais, utilizando parte dos recursos do Funcafé (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira) destinados às ações de *marketing*.
- Atuação em reuniões com a multinacional Syngenta, em função do banimento da molécula endossulfan pela ANVISA, em 2014, com o objetivo de identificar um substituto viável, destinado às regiões cafeeiras que possuem alta incidência da *broca do café*.

Cana-de-Açúcar

- Coordenação do Grupo Técnico que trata de políticas agrícolas, na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Álcool, do Ministério da Agricultura, composto por representantes do MAPA, Unida (União Nordestina dos Produtores de Cana), Orplana (Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo), Feplana (Federação dos Plantadores de Cana do Brasil), Fórum de Lideranças do Setor Sucroalcooleiro e a Unica (União das Indústrias de Cana-de-Açúcar). Apresentadas propostas de inclusão da cana-de-açúcar na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e criação do Consecana (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool) Nacional.
- Participação na criação de grupo de trabalho na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), com o objetivo de consolidar uma estrutura legal do Consecana, principalmente quanto aos procedimentos laboratoriais na indústria.
- Entrega pela Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar de proposta para a assinatura de

protocolo de intenções que estabeleça normas adequadas de relacionamento entre indústrias e fornecedores independentes de cana, a ser coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com representantes do setor privado e agentes públicos, em especial um órgão da Presidência da República.

- Realização de seminário sobre o tema “Avaliação e Perspectivas do Modelo Consecana para os Produtores de Cana-de-Açúcar”, quando foram discutidas as conquistas, diferenças e problemas dos modelos nos Estados. Participação das lideranças do setor canavieiro nas trocas de experiências técnicas e políticas para a formação do Consecana.
- Elaboração de emendas à Medida Provisória 472/2009 para criar a subvenção destinada aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste, referente à safra 2009/10, com o valor de R\$ 5,00 por tonelada até 10.000 toneladas por produtor. A MP foi aprovada e convertida na Lei 12.259, de 10 de junho de 2010.
- Atuação no movimento “Diga não a emenda 26”, na Câmara dos Deputados, contrário à emenda que previa a extinção de duas leis importantes para o setor canavieiro: Lei nº 4.870\65 e Decreto Lei nº 3.855\41 (Estatuto da Lavoura Canavieira). Ambas dispõem sobre a assistência médica e social de milhares de produtores e trabalhadores rurais, além do ordenamento organizacional dos produtores por meio de suas entidades de classe. A rejeição da proposta manteve a garantia da assistência médica de 500 mil pessoas, trabalhadores e produtores pelas usinas e pelas associações de produtores de cana-de-açúcar.
- Solicitação da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar, atendida pelo Executivo, prorrogou o prazo de encerramento do financiamento agrícola para investimento na cultura de cana-de-açúcar da região Nordeste. Tal solicitação foi motivada pelo excesso de chuvas, que culminou em catástrofes na região produtora, em especial na Zona da Mata dos Estados de Alagoas e Pernambuco. Os problemas climáticos resultaram no atraso das análises de vários projetos encaminhados às agências do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste.

Cereais, Fibras e Oleaginosas

- Atuação permanente da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas na gestão junto ao Ministério da Agricultura e Companhia Nacional de Abastecimento para operacionalizar o escoamento de 12,0 milhões de toneladas de milho de regiões produtoras para regiões consumidoras, por meio dos instrumentos de apoio à comercialização, PEP (Prêmio de Escoamento da Produção) e PEPRO (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor). Foram ofertadas 13,8 milhões de toneladas e negociadas 12,1 milhões de toneladas.
- Pedida a prorrogação da classificação oficial de milho após a identificação de impactos negativos da nova classificação, já em vigor. Ministério da Agricultura concedeu mais um ano de consulta pública a respeito da medida. O setor produtivo, governo, indústria e *tradings* se reunirão em 2011 para a construção definitiva de novo regulamento técnico do milho.
- Participação na construção das agendas estratégicas das câmaras setoriais da soja, milho e sorgo, algodão, culturas de inverno, arroz, feijão e oleaginosas, além do biodiesel. Está em andamento a primeira ação compatibilizada com a Câmara Setorial da Soja, para a criação

de grupo de trabalho que se encarregará de elaborar e executar um plano de treinamento e avaliação de classificadores de grãos, com o objetivo de promover a transparência no processo, especialmente em relação às tabelas de desconto utilizadas pelas *tradings* e indústrias.

- Participação de comitiva da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas em Missão Técnica no Uruguai em busca de experiências de certificação de propriedades e de produtos agropecuários. O grupo que participou da missão técnica elaborou relatório solicitando à CNA o desenvolvimento de um programa nacional de certificação de gestão rural voltada para qualidade.
- Assinatura de protocolo de intenções com o Comitê Estratégico Soja Brasil (CESB) para colaboração mútua em ações de promoção da pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, organização, *marketing*, melhoria da governança corporativa, educação e normas de regulamentação da oleaginosa. Por meio dessa parceria, foi realizado o 1º Fórum de Produtividade da Soja.
- Atuação em grupo de trabalho com representantes do Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas (DFIA) do MAPA, com o objetivo de implementar o Plano de Melhoria da Qualidade de Fertilizantes. O grupo foi organizado em três subgrupos: laboratórios, fiscalização e pesquisa. Cabe aos representantes do setor produtivo colaborar com as atividades do subgrupo de fiscalização. Já em fase de execução do plano, os fiscais agropecuários estão colhendo amostras dos fertilizantes adquiridos pelos produtores para análise da qualidade. Os resultados deverão ser consolidados e divulgados até o final do ano.
- Coordenação, no âmbito do Comitê Técnico de Defensivos Agropecuários, do trabalho para elaboração de anteprojeto de decreto para atualizar o Decreto nº 4.074/2002, que dispõe sobre o registro de agrotóxicos. A nova proposta prevê melhor distribuição de atribuições entre o MAPA, ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) para agilizar a avaliação dos processos de registro, atualmente com capacidade de analisar apenas 26 por ano. O anteprojeto proposto se encontra em análise no Ministério da Agricultura.
- Elaboração de documento com propostas de adequação do Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja e de priorização de registro de fungicidas para controle da ferrugem, diante das dificuldades verificadas no cumprimento do calendário do vazio sanitário, no trabalho de fiscalização do MAPA e da diminuição da eficiência dos fungicidas atuais.
- Aprovação da proposta de criação de Plataforma Tecnológica de Grãos, que desenvolverá um sistema de boas práticas tecnológicas para as Federações de Agricultura, Sindicatos Rurais e produtores, além das instituições de pesquisa e eventuais parceiras. Além de disseminar boas práticas, orientará a promoção da Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no Brasil para as reais necessidades da agricultura.

Fruticultura

- Formulação de projetos pela Comissão Nacional de Fruticultura, em parceria com a EMBRAPA, para a realização de testes de eficiência agrônômica dos agrotóxicos após a publicação da Instrução Normativa Conjunta ANVISA/IBAMA/MAPA para regularização de registro de agrotóxicos para culturas com suporte fitossanitário insuficiente (Minor Crops). O primeiro projeto apresentado foi para melão e melancia, realizado pela Embrapa-Agricultura Tropical, no Ceará, que servirá como piloto para as outras culturas.
- Envio de requerimento de inclusão do cultivo de banana nos grupos de culturas constantes do anexo I da Instrução Normativa Conjunta ANVISA/IBAMA/MAPA, que trata das culturas com suporte fitossanitário insuficiente (Minor Crops), pela Comissão Nacional de Fruticultura, a pedido da União dos Agronegócios no Vale do Jaguaribe. Encaminhamento de requerimentos de extrapolação de Limite Máximo de Resíduos (LMR) de vários produtos comerciais.
- Participação na maior feira internacional de frutas do mundo “Fruit & Logística”, em Berlim, na Alemanha.
- Discussão de proposta de alteração da Instrução Normativa 53, que trata dos critérios e procedimentos adotados para levantamento das ocorrências da praga denominada Huanglongbing (HLB) “Greening”, com o objetivo de delimitar a extensão das áreas afetadas e a adoção de medidas de prevenção e erradicação. Sugestão foi posteriormente encaminhada ao Departamento de Sanidade Vegetal do MAPA.
- Atuação para salvaguardar os interesses dos produtores diante da proposta da ANVISA e IBAMA de reavaliação dos agrotóxicos Fosmet, Triclorfon, Metamidofós, Endossulfan e Acefato. Proposta de soluções técnicas para mitigar os riscos sem a necessidade de retirada dos produtos do mercado, uma vez que muitos produtos não têm substituto disponível com o mesmo custo benefício para o produtor, o que pode causar considerável aumento no custo de produção.
- Participação em reunião no Ministério da Integração Nacional, quando foram discutidas emendas à Medida Provisória 487, para equacionalização das dívidas dos fruticultores do Vale do São Francisco.
- Trabalho em parceria com a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará e o senador Flecha Ribeiro (PSDB/PA) pela rejeição, na Comissão de Assuntos Sociais, do Senado, do PLS 178/10, que trata da pasteurização do açaí. A proposta foi arquivada.

PRODUÇÃO ANIMAL

Aquicultura

- Reunião para eleição dos membros do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) no seu terceiro mandato. Após votação, a CNA foi aprovada com maioria absoluta a permanecer como membro titular e suplente do CONAPE.
- Participação na posse e planejamento do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), mandato 2010, em Brasília.
- Participação na inauguração do Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do São Francisco (CERAQUA/SF) e assinatura do Acordo Técnico e Operacional entre a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), Ministério da Pesca e Aquicultura, Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Governo do Estado de Alagoas para a gestão compartilhada do CERAQUA/SF.
- Articulação no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a respeito da permissão da entrada de peixes congelados produzidos na China ao preço tarifário de 10%. Essa importação não agrada os piscicultores e avaliações mercadológicas deverão ser realizadas para avaliar o real impacto no setor.
- Participação da Comissão Nacional de Aquicultura na solenidade de inauguração do Centro de Educação Tecnológica em Aquicultura “Chopin Tavares de Lima” (CETEAq) e do Laboratório de Processamento de Pescado, na cidade de Monte Aprazível, em São Paulo.
- Realização do projeto de Encontro de Lideranças para Diagnóstico Nacional da Aquicultura no Brasil nos Estados de Santa Catarina, Pará e Ceará, com um total de 100 participantes.

Aves e Suínos

- Parceira entre a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS) e SEBRAE para o fortalecimento da cadeia produtiva da carne suína brasileira. O objetivo do Projeto Nacional de Desenvolvimento da Suinocultura (PNDS) é elevar o consumo *per capita* de carne suína em 2,0 kg ao longo de três anos, passando dos atuais 13,0 Kg para 15,0 kg *per capita* até o final de 2012. Iniciado em 2010, o projeto contou com a participação do Rio Grande Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal. A partir de 2011, Bahia e Ceará passarão a integrar o PNDS. Apesar de ser o quarto maior produtor e quarto maior exportador mundial de carne suína, o Brasil ainda apresenta baixo consumo *per capita* no mercado doméstico.

- Participação em levantamento minucioso da situação da integração na atividade rural desenvolvido pela Subcomissão de Integração da Comissão de Agricultura e Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). O trabalho envolveu a coleta de dados, informações e documentos para discussão de possíveis soluções e encaminhamentos, que resultou na elaboração de minuta do projeto de lei para o setor.

Caprinos e Ovinos

- Participação da Comissão Nacional de Ovinos e Caprinos na Missão Península Ibérica com gestores de projetos de ovinos e caprinos do SEBRAE Nordeste e Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos do MAPA para levantar informações sobre a atividade produtiva de produção de carne, laticínios, genética, organização dos produtores e da indústria caprina e ovina. Foram realizadas 27 visitas técnicas na Espanha e Portugal.
- Apoio ao Projeto de Prospecção do Mercado Externo dos Produtos Derivados da Ovinocaprinocultura, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e Associação de Criadores de Ovinos (ARCO), com a participação do MAPA, EMBRAPA, CONAB, SEBRAE e ASPARCO. O resultado foi publicado no Livro Estudo de Mercado Externo de Produtos Derivados da Ovinocaprinocultura.

- Realização dos Encontros de Lideranças da Ovinocaprinocultura nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Ceará, reunindo um total de 213 participantes.
- Solicitação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Câmara Setorial e da Comissão Nacional de Caprinos e Ovinos, da inclusão da lã, do leite de cabra e de ovelha na Linha Especial de Crédito (LEC), além da sua renovação para 2010.
- Elaboração e encaminhamento ao MAPA de projeto para a produção da Agenda Estratégica da Ovinocaprinocultura no País, com o objetivo de organizar as ações prioritárias dos setores.
- Solicitação de apoio ao Simpósio Internacional Sobre Caprinos e Ovinos de Corte (SINCORTE), em João Pessoa, na Paraíba, aos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com o objetivo é fortalecer e integrar o agronegócio de caprinos ovinos no Brasil.

Equinocultura

- Realização do 1º Simpósio Equestre do Distrito Federal (SIMPEQ), no auditório da CNA, em Brasília, com palestras de alto nível técnico, incluindo pesquisadores da Michigan State University (EUA) e Universidade de São Paulo (USP). A Comissão Nacional do Cavalo apoiou o evento como forma de aumentar a interação entre o setor privado e as pesquisas realizadas nas universidades.
- Acompanhamento da ocorrência mormo no Distrito Federal. A zoonose foi notificada pelo Departamento de Saúde Animal do Ministério de Agricultura e Pecuária do Brasil (MAPA) para a OIE (Organização Mundial de Saúde Animal).
- Acompanhamento e posição convergente ao Projeto de Lei do Senado, nº 119/2010, que altera a Lei nº 7.291, de 19/12/1984, para alterar a base de cálculo da Contribuição à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN).
- Participação na 4ª Festa do Cavalo, em Gravatá, Pernambuco, promovida pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco (FAEPE) e pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa) de Pernambuco. Integrado ao evento, foi realizado o I Simpósio de Equideocultura de Pernambuco, com competições esportivas equestres, oficinas e cursos profissionalizantes coordenados pelo SENAR – Administração Regional de Pernambuco.
- Articulação junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para tratar dos assuntos ligados à área de sanidade dos equídeos e de trânsito e quarentena animal.

Pecuária de Corte

- Participação em reunião do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Agricultura (CONSEAGRI), na sede da entidade, em Brasília, quando foram apresentados os projetos da

CNA na área de segurança dos alimentos e de sustentabilidade ambiental e social; a Plataforma de Governança Aplicada ao Agronegócio (PGA) e os projetos na área de rastreabilidade da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

- Atuação em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CEDEIC) sobre as exportações de bovinos vivos.
- Manifestação de posicionamento contrário à classificação de risco adotada pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) para o Brasil em relação à Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) durante a 78ª sessão geral da Assembleia Mundial de Delegados da OIE, na sede da entidade, em Paris, França. O Diretor Geral da OIE se comprometeu a dar um posicionamento ao Brasil durante visita ao País.
- Participação em reunião do Conselho Nacional da Pecuária de Corte, em São Paulo, sobre as novas diretrizes do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.
- Debate sobre os requisitos de exportação de carne bovina de alta qualidade para a União Europeia, na modalidade Quota Hilton, em reunião na Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- Participação em reunião do Fórum Mercosul da Carne (FMC), em Buenos Aires, Argentina, quando foram tratados assuntos relacionados ao posicionamento do segmento de carnes do

Mercosul para as negociações no âmbito do acordo Mercosul-União Europeia.

- Trabalho junto às lideranças partidárias na Câmara dos Deputados em defesa da apreciação do PLC 78/08, que institui a Política de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, que retornou à Casa de origem após aprovação no Senado Federal.
- Participação em assembleias de credores de frigoríficos em processo de recuperação judicial – como no caso do Frigorífico Independência –, dando suporte e prestando consultoria aos produtores afetados.

Pecuária de Leite

- Elaboração de modelo de contrato que formaliza a relação produtor/indústria para garantir maior segurança jurídica ao produtor de leite, melhorando a sua relação com a empresa laticinista. O modelo contém as premissas básicas de um contrato comercial, com flexibilidade suficiente para que possam ser adaptadas às realidades regionais.
- Participação no treinamento de instrutores para o Programa de Alimento Seguro (PAS-Leite), desenvolvido pela EMBRAPA, SENAR e SEBRAE. Foi sugerida a formatação de um curso básico com foco na qualidade do leite, para nivelar os produtores que não atendem os pré-requisitos do Programa. Recuperou-se o projeto inicial de capacitação de mão de obra para a melhoria da qualidade do leite, elaborado com o objetivo de dar condições aos produtores para se adequarem à Instrução Normativa nº 51/2002, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento. O projeto foi encaminhado ao secretário executivo do SENAR-AC, para que seja atualizado e implementado por todos os SENARs estaduais.
- Avaliação dos resultados das ações de combate à fraude do leite, entre elas as denúncias apresentadas pela CNA sobre a possibilidade de fraude de empresas nacionais, argentinas e uruguaias, suspeitas de triangular leite em pó. A Comissão Nacional de Pecuária de Leite se colocou à disposição para auxiliar na ampliação no número de análises fiscalizatórias.
- Apoio ao Instituto Butantan na elaboração da vacina contra papilomatose bovina. No início deste ano, foi intermediada uma reunião com o Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para a Saúde Animal (SINDAM) visando à comercialização do produto por algum laboratório.
- Parceria com outras entidades do setor lácteo e representantes do governo brasileiro para renovar o acordo firmado entre os setores privados lácteos de Brasil e Argentina que previa uma cota de importação de três mil toneladas de leite em pó a preços não inferiores ao mínimo praticado pela Oceania. Em 2009, este acordo evitou novos surtos de importações de leite em pó oriundos da Argentina e transações comerciais com valores abaixo do mercado.
- Defesa da aplicação do princípio da reciprocidade após acordo do governo brasileiro com o uruguaio, que liberou as licenças de importação de leite em pó em troca de cotas de exportação de carne de frango brasileira. A CNA solicitou o apoio do Itamaraty, MAPA e o

Ministério do Desenvolvimento Agrário para que também se determine cotas para os produtos lácteos uruguaios.

- Solicitação de apoio ao setor lácteo nacional ao novo Ministro da Agricultura, Wagner Rossi, após o anúncio de queda abrupta nos preços leite, em plena entressafra, na região centro-sul do Brasil. Elaboração de nota técnica ao Ministério da Agricultura pleiteando o estabelecimento de cotas de importação aos produtos lácteos do Uruguai, responsáveis em parte pela atual situação do mercado.
- Ação para impedir a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 68/2006 que determina a impressão do calendário obrigatório de vacinas infantis nas embalagens de leite do tipo B e C. A CNA acredita que, apesar da relevância do tema, devem existir maneiras mais eficientes para atingir o objetivo pretendido, pois o excesso de informações nos rótulos das embalagens de leite poderá comprometer a compreensão de dados importantes sobre o produto, reduzindo seu consumo.
- Participação em reuniões e grupos de trabalho no MAPA para discutir o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) e o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC).



Sistema Sindical Rural

- É o Sistema que defende, trabalha e fala em seu nome e de todos os produtores rurais do Brasil. Constituído de forma piramidal, tem em sua base 2.154 sindicatos rurais e 1.129 extensões de base, segundo dados de 07/10/2010. Esses sindicatos são representados por 27 Federações estaduais, que têm na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a sua representação máxima. Criada por meio do Decreto-lei n.º 53.516, de 31 de janeiro de 1964, a entidade é a legítima representante do setor rural brasileiro. Essa estrutura garante a presença do Sistema CNA em qualquer ponto do País.

Assim como a CNA, as Federações atuam em seus Estados estimulando o fortalecimento do sindicalismo rural. Os sindicatos desenvolvem ações diretas de apoio ao produtor rural, buscando soluções para os problemas locais de forma associativa. Como líder do Sistema, a CNA é reconhecida como única representante da categoria legalmente constituída.

Objetivos e Funcionamento

- O principal objetivo do sistema sindical rural é a defesa dos seus direitos, reivindicações e interesses, independentemente do tamanho da propriedade e do ramo de atividade de cada um, seja lavoura ou pecuária, extrativismo vegetal, pesca ou exploração florestal. O Sistema CNA trabalha inspirado em cinco princípios básicos: solidariedade social, livre iniciativa, direito de propriedade, economia de mercado e os interesses do País.

Comissões Nacionais

- A CNA mantém à disposição dos produtores rurais Comissões Nacionais organizadas para debater propostas dos diversos segmentos da economia rural para a solução dos problemas da agropecuária. As Comissões são constituídas por líderes identificados com as necessidades do setor e estão abertas à participação de todos os interessados.

Atualmente, existem 14 Comissões Nacionais em funcionamento, que são:

- Meio Ambiente;
- Assuntos Fundiários;
- Trabalho e Previdência;
- Pequena Propriedade;
- Bovinocultura de Corte;
- Bovinocultura de Leite;
- Equinocultura;
- Aquicultura;
- Aves e Suínos;
- Ovinos e Caprinos;
- Cereais, Fibras e Oleaginosas;
- Café;
- Fruticultura;
- Cana-de-açúcar.

Os temas coordenados pela Diretoria da CNA são os seguintes:

- Logística e infraestrutura;
- Comércio Exterior;
- Defesa Sanitária;
- Crédito Rural;
- Tecnologia.

Representação da Classe

- A independência entre a estrutura sindical dos produtores rurais e o Governo abre um espaço propício ao diálogo na busca de respostas para os problemas do setor rural. Entre outros organismos, públicos e privados, a CNA representa a classe produtora junto ao:
 - Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE);
 - Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) – MDIC;
 - Conselho do Agronegócio – Consagro, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
 - Conselho Assessor do Instituto Nacional do Semi-Árido do Ministério da Ciência e Tecnologia;
 - Conselho Assessor Nacional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
 - 1º Conselho de Contribuintes, do Ministério da Fazenda;
 - Conselho Curador do Banco da Terra;
 - Conselho Curador da Fundacentro;
 - Conselho Deliberativo da Política do Café, do MAPA;
 - Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE);
 - Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);

- Conselho Diretor do Fundo de Participação do PIS/PASEP;
- Conselho Diretor do Programa de Reforma da Educação Profissional, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Conselho Fiscal do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE);
- Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR);
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE), da Presidência da República;
- Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação;
- Conselho Nacional de Imigração (CNIG), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS), do Ministério da Previdência Social (MPS);
- Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Conselho Nacional da Saúde (CNS), do Ministério da Saúde (MS);
- Conselho Nacional do Trabalho (CNT), do Min. do Trabalho e Emprego (MTE);
- Conselho Político da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT);
- Conselho Político Empresarial (Confederações Nacionais);
- Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS);
- Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil;
- Conselho Superior de Comércio Exterior (COSCEX-FIESP);
- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE);
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional da Presidência da República (CONSEA);
- Conselho Consultivo do Campus Tecnológico Regional para o Nordeste/MCT;
- Conselho Brasileiro de Normalização;
- Conselho Técnico Consultivo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, da Presidência da República;
- Conselho Universitário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro;
- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES.

-
- Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social (MPS);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e do Alcool (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Agricultura Orgânica (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Agronegócio do Cacau e Sistemas Florestais Renováveis (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Cachaça (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Carne Bovina (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Culturas de Inverno (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Citricultura (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Equideocultura (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Flores e Plantas Ornamentais (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Fumo (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças (MAPA);
 - Câmara Setorial de Insumos Agrícolas (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca e Derivados (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Agrícolas (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Milho e Sorgo;
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Aves e Suínos;
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Viticultura, Vinhos e Derivados;
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas e Biodiesel (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Feijão (MAPA);
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Silvicultura;
 - Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Soja;
 - Câmara Setorial de Portuários do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
 - Câmara Técnica de Negociações Agrícolas Internacionais (MAPA);
 - Câmara Temática de Competitividade e Sustentabilidade (MAPA);

- Câmara Temática de Financiamento e Seguro do Agronegócio (MAPA);
- Câmara Temática de Infra-Estrutura e Logística do Agronegócio (MAPA);
- Câmara Técnica sobre Espécies Exóticas Invasoras do CONABIO do MMA.

Comissões, Comitês, Fóruns e Grupos de Trabalho

- Comissão Brasileira para o Programa o Homem e a Biosfera, do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Comissão Coordenadora do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Comissão Especial de Defesa do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça;
- Comissão Especial do Plano Nacional de Combate à Violência do Campo (SEDH), da Presidência da República;
- Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (CER-Proagro), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Comissão Julgadora do Prêmio Embrapa de Reportagem;
- Comissão Julgadora do Prêmio Frederico de Menezes Veiga, da Embrapa;
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), da Presidência da República;
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Comissão Nacional do Programa Sustentável (CONACER), do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Comissão Organizadora da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador;
- Comissão Permanente Nacional da NR 32 – Segurança e Saúde nos Serviços de Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Comissão de Portos da Associação Brasileira de Terminais Portuários;
- Comissão Nacional Pública/Privada Assessora, para Discussão, Estruturação e Elaboração de

Proposta sobre o Tema Alimento Seguro – Uma Política de Governo, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

- Comissão de Saúde Animal do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP);
- Comissão Técnica da Pesquisa Sindical, do IBGE;
- Comissão Técnica do CINTERFOR, da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Comissão Técnica do Programa do Café, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Comissão Temática II – Emprego, Migrações e Formação Profissional da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (MTE);
- Comissão Tripartite para Auxiliar o Ministro do Trabalho na Tomada de Decisões sobre Assuntos de Política Internacional, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Comissão Tripartite Paritária Permanente, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Comissão Tripartite Piores Formas de Trabalho Infantil, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador (CTPAT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho do MPS (CTPP);
- Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade e Tratamento, de Gênero e Raça no Trabalho do TEM;
- Comissão Tripartite de Relações Internacionais – CTRI do MTE;
- Comissão Permanente Nacional Portuária (CPCP);
- Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) do MMA;
- Comissão Permanente Nacional Aquaviária (CPNA), do MTE;
- Comissão Tripartite, que dispõe sobre o trabalho no setor pesqueiro, MTE;
- Comissão Permanente Nacional Rural (CNPR) MTE;
- Comissão Técnica para Estudos e Proposição de Norma Técnica Específica de Boas Práticas Agropecuária para Bovinos e Bubalinos de Corte – MAPA;
- Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável – CPDS;
- Comissão de Acompanhamento das Medidas de Apoio à Cafeicultura;
- Comitê de Apoio à Assessoria Técnica Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Comitê Assessor ao Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial;
- Comitê Assessor da Política de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Comitê de Assessoramento da Iniciativa Brasileira de Polinizadores e do Projeto FAO – Conservação e Manejo de Polinizadores para a Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecológica;

- Comitê Codex Alimentarius do Brasil, do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CCAB/Inmetro);
- Comitê Consultivo do CCRC – estudo das ações relativas ao controle de resíduos e contaminantes nas áreas animal e vegetal;
- Comitês Diretores do Conselho Deliberativo da Política do Café, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Comitê Diretor de Pesquisa e Desenvolvimento do Café – CDPD/CAFÉ;
- Comitê Diretor de Planejamento Estratégico do Agronegócio Café – CDPE/CAFÉ;
- Comitê Diretor de Promoção e Marketing do Café – CDPM/CAFÉ;
- Comitê Diretor do Acordo Internacional do Café;
- Comitê Empresarial Permanente, do Ministério de Relações Exteriores;
- Comitê Nacional de Integração Lavoura e Pecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Comitê Nacional de Zonas Úmidas, do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Comitê dos Portos do Estado da Bahia da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (ANUT);
- Comitê de Sanidade Suína do Distrito Federal;
- Comitê Temático Formação e Capacitação Empreendedora, do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC);
- Comitê Técnico Consultivo do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos (SISBOV) do MAPA;
- Comitê Gestor do Fundo Setorial do Agronegócio – MCT;
- Comitê de Acompanhamento de Assuntos Trabalhista – CAAT;
- Comitê Coordenador do Projeto FAO/MMA – “Conservação e Manejo de Polinizadores para Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecológica”;
- Subcomissão de Revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente do MTE;
- Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva de Couros e Calçados, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC);

- Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul;
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Fórum Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais;
- Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional;
- Fórum Nacional para Monitoramento e Resolução dos Conflitos Fundiários Rurais e Urbanos;
- FARM – Federação das Associações Rurais do MERCOSUL;
- Grupo Técnico do Codex Alimentarius do Brasil sobre Contaminantes em Alimentos (GTFC);
- Grupo Técnico Permanente em Sanidade de Sementes (GTPSS), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Grupo Técnico de Trabalho para Definir os Requisitos Sanitários e Procedimentos para a Importação de Embriões de Bovinos na Índia;
- Grupo Técnico de Trabalho NR 04 – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SEMT);
- Grupo Técnico de Trabalho NR 06 – Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Grupo Técnico de Trabalho NR 29 – Comissão Paritária Permanente (CTPP);
- Grupo de Trabalho no Âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento do Agronegócio do Café, – Recursos Financeiros e Orçamentários e Promoção e Marketing do Café, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Grupo de Trabalho no Âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento do Agronegócio do Café – Pesquisa e Desenvolvimento do Café e Novos Rumos do Agronegócio do Café, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Grupo de Trabalho em Biodiversidade, do Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- Grupo de Trabalho do Bioma Caatinga, do Ministério do Meio Ambiente (MMA);

CONTRIBUIÇÃO DO SINDICAL CNA - 2011

- Grupo de Trabalho Comissões de Conciliação Prévia;
- Grupo de Trabalho Constituído pela Resolução nº 1230, do Ministério da Previdência Social (MPS);
- Grupo de Trabalho para Eliminação Nacional da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar Proposta de Adequação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina;
- Grupo de Trabalho para Estruturação do Programa de Disseminação de Material Genético, do Programa de Conservação e Avaliação do Germoplasma Animal, da Embrapa;
- Grupo de Trabalho para Estudar e Desenvolver o Seguro de Armazenagem, da SUSEP;
- Grupo de Trabalho Interministerial para Examinar Processo que Extinguiu a SUDENE, do Ministério da Integração Nacional;
- Grupo de Trabalho da Lei nº 6.830/80 (Dívida Ativa), do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), do Ministério da Previdência Social (MPS);
- Grupo de Trabalho Nacional da 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, da Presidência da República;
- Grupos de Trabalho da Pecuária de Corte e Pecuária de Leite, Necessário à Conclusão do Projeto de Análise de Risco do País Quanto a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB);
- Grupo de Trabalho de Propriedade Industrial – Subgrupo de Indicações Geográficas (GIPI);
- Grupo de Trabalho do Recadastramento, do Ministério da Previdência Social (MPS);
- Grupo de Trabalho do Sistema Acidente de Trabalho (GT-SAT) do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS);
- Grupo de Trabalho do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Grupo de Trabalho Tripartite Conferência OIT/Brasil;
- Subgrupo de Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social (SGT 10), do Mercosul;
- Usuários Irrigantes – Criação do Modelo de Certificação da Sustentabilidade do Uso de Água na Agricultura Irrigada, da Agência Nacional das Águas (ANA);
- Subgrupo de Indicações Geográficas do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI);

- Usuários Irrigantes – Criação do Modelo de Certificação da Sustentabilidade do Uso de Água na Agricultura Irrigada;
 - Programa de Alimentação do Trabalhador, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
 - Grupo de Apoio Permanente, da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador (GAP/CTPAT);
 - Grupo de Trabalho do Comitê de Alimentos Seguros/MAPA;
 - Grupo de Trabalho Biotecnologia na Agropecuária, do MAPA;
 - Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Preservação e Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs);
 - Grupo de Trabalho para Elaboração da Agenda Estratégia do Agronegócio do Café do Brasil;
 - Grupo de Trabalho de Contaminantes de Alimentos do Codex Alimentarius;
 - Grupo de Trabalho de Higiene de Alimentos do Codex Alimentarius;
 - Grupo de Trabalho de Resíduos de Pesticidas do Codex Alimentarius;
 - Grupo de Trabalho de Fiscalização e Certificação de Alimentos Importados e Exportados do Codex Alimentarius;
 - Grupo Interconfederativo Empregador – GIEMP;
 - Grupo de Trabalho Tripartite da Agenda Nacional de Trabalho Decente;
 - Grupo Técnico de Resíduos de Medicamentos Veterinários do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil;
 - Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade na Área do Trabalho (PBQP);
 - Projetos 2 e 5 do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP);
 - Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal, Embrapa/Pantanal;
 - Serviço de Informação da Carne – SIC;
 - Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV).
-
- Nos Estados e Municípios, as Federações e os Sindicatos mantêm interação correspondente. A CNA se relaciona, ainda, com inúmeras entidades civis e cooperativas ligadas a segmentos produtores, como a Federação das Associações dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA), o Conselho Nacional de Pecuária de Corte (CNPC) e a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). Preside o Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil – Rural Brasil, integrado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Associação Brasileira de Criadores (ABC), Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), Associação Brasileira de Produtores de Algodão (ABRAPA), Conselho Nacional do Café (CNC), União Brasileira de Avicultura (UBA) e União Democrática Ruralista (UDR). Coordena, também, o Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais, integrado pela OCB e Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG).

No âmbito internacional, a entidade está associada à:

- Aliança Láctea Global (ALG);
- Cairns Group Farm Leaders;
- Confederación Interamericana de Ganaderos y Agricultores (CIAGA);
- Comissão Sul-Americana Para a Luta Contra a Febre Aftosa (COSALFA) – OPAS/OMS;
- Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (COHEFA) - OPAS/OMS;
- Federación de Asociaciones Rurales del Mercosul (FARM);
- Federación Panamericana de Lecheria (FEPALE);
- Fórum Consultivo Econômico e Social do Mercosul (FCES);
- Fórum Mercosul da Carne;
- Fórum Mercosul do Leite;
- International Federation of Agricultural Producers (IFAP);
- Oficina Permanente Internacional de La Carne (OPIC);
- Seção Nacional de Coordenação dos Assuntos Relativos à Área de Livre Comércio das Américas (SENALCA).

Origem dos Recursos

- O sistema sindical rural é suprido por duas fontes de recursos que proporcionam as necessárias condições para atuar em nome dos produtores rurais, defendendo seus interesses e reivindicações. A mais expressiva delas é a contribuição sindical, compulsória, cobrada diretamente pelo sistema por intermédio da CNA, como estabelece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A segunda forma de contribuição são as mensalidades espontâneas dos associados aos sindicatos rurais.

Contribuição Sindical Rural

- A contribuição sindical é devida por todos aqueles que participam de uma determinada categoria econômica, profissional ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da categoria ou profissão (artigos 578 a 591 da CLT).

De acordo com o previsto no artigo 149 da Constituição Federal, a contribuição tem caráter tributário, sendo, portanto compulsória, independentemente de o contribuinte ser ou não filiado a sindicato. Esta contribuição existe desde 1943 e é cobrada de todos os produtores rurais - pessoa física ou jurídica – conforme estabelece o Decreto-Lei n.º 1.166, de 15 de abril de 1971, com a redação dada pelo artigo 5º da Lei 9701, de 18 de novembro de 1998:

“Art. 5º - O art. 1º do Decreto-Lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Para efeito da cobrança da contribuição sindical rural prevista nos arts. 149 da Constituição Federal e 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se:

II - Empresário ou empregador rural:

- a) a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural;*
- b) quem, proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região;*
- c) os proprietários rurais de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região”.*

Cálculo da Contribuição

- O cálculo da contribuição sindical rural é efetuado com base nas informações prestadas pelo proprietário rural ao Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais (CAFIR), administrado pela Secretaria da Receita Federal.

O inciso II do artigo 17 da Lei nº 9.393/96 autoriza a celebração de convênio entre a SRF e a CNA com o objetivo de fornecimento dos dados necessários à cobrança da contribuição sindical rural.

Assim, nos termos da Instrução Normativa nº 20, de 17/02/98, que disciplina o procedimento de fornecimento de dados da SRF a órgãos e entidades que detenham competência para cobrar e fiscalizar impostos, taxas e contribuições instituídas pelo poder público, foi firmado o respectivo convênio entre a União - por intermédio da SRF – e a CNA, publicado no Diário Oficial da União de 21/05/98.

O cálculo do valor da contribuição sindical rural deve observar as distinções de base de cálculo para os contribuintes pessoas físicas e jurídicas, definidas no § 1º do artigo 4º do Decreto-lei nº 1.166/71:

1º Pessoa física: A Contribuição é calculada com base no Valor da Terra Nua Tributável (VTNt) da propriedade, constante no cadastro da Secretaria da Receita Federal, utilizado para lançamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

2º Pessoa jurídica: A Contribuição é calculada com base na Parcela do Capital Social – PCS, atribuída ao imóvel.

Valor do Pagamento

- Desde o exercício de 1998, está sendo lançada uma única guia por contribuinte, contemplando todos os imóveis de sua propriedade declarados à Receita Federal.

Para a pessoa jurídica, o valor base para o cálculo corresponde à soma das parcelas do capital social. Para a pessoa física, o valor base para o cálculo corresponde à soma das parcelas do VTN tributável de todos os seus imóveis rurais no País, conforme declaração feita pelo próprio produtor à Secretaria da Receita Federal.

Com base na tabela a seguir é possível calcular o valor que o produtor rural irá pagar de contribuição sindical rural, conforme o inciso III do artigo 580 da CLT, com redação dada pela Lei n.º 7.047/82:

Tabela para cálculo da contribuição sindical rural vigente a partir de 1º de janeiro de 2011:

<i>Linha 1</i>	<i>Contr. Mínima</i>
<i>Linha 2</i>	
<i>Linha 3</i>	
<i>Linha 4</i>	
<i>Linha 5</i>	
<i>Linha 6</i>	<i>Contr. Máxima</i>

Considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no período de setembro de 2009 a agosto de 2010, a tabela foi corrigida em 4,21%.

Exemplos de cálculos:

- **Cálculo simplificado (utilizando a parcela adicional):**

Tomamos como exemplo o valor do capital social – PCS ou da terra nua tributável - VTNT dos imóveis declarados pelo contribuinte: R\$ 100.000,00 .

Nesse caso, aplicando o valor na tabela utilizaremos a 4ª linha para cálculo da contribuição sindical rural, veja como:

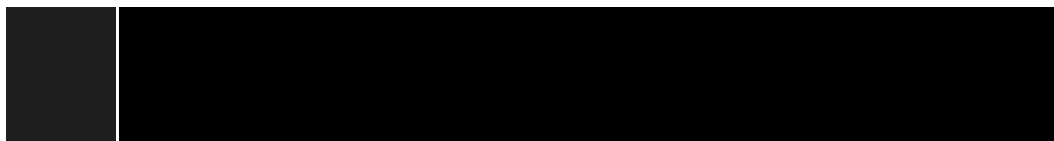
$$\text{Valor da CSR} = \text{Valor do capital social ou VTNT} \times \text{alíquota} + \text{parcela adicional}$$
$$\text{Calculando: } R\$ 100.000,00 \times 0,1\% + R\$ 92,36 = \mathbf{R\$ 192,36}$$

- **Cálculo progressivo:**

Com a tabela progressiva, o valor da contribuição corresponde à soma da aplicação das alíquotas sobre a parcela do capital social/VTN tributável distribuído em cada classe.

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL CNA - 2011

Utilizando o exemplo anterior, abaixo aplicamos o cálculo progressivo:



Nos cálculos exemplificados o valor encontrado da contribuição sindical rural a ser pago pelo contribuinte é o mesmo, portanto, a parcela adicional constante da tabela visa apenas simplificar o cálculo da contribuição.

Quem Cobra

- Até o exercício de 1996, a cobrança era de competência da Secretaria da Receita Federal, juntamente com a do ITR (Imposto Territorial Rural).

A partir de 1997, com a publicação da Lei nº 8.847/94, quem faz a cobrança é a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), representante do sistema sindical rural.

Como e Quando Pagar

- A CNA envia ao produtor rural uma guia bancária, já preenchida, com o valor da sua contribuição sindical rural de 2011.

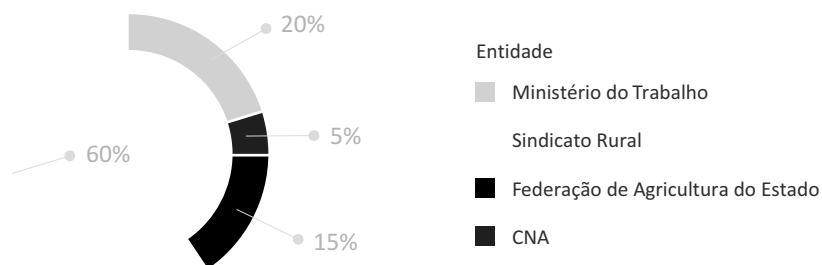
Até a data do vencimento, poderá pagá-la em qualquer agência bancária. Depois dessa data, deverá procurar uma das agências do Banco do Brasil para fazer o pagamento da sua contribuição, no prazo máximo de até 90 dias após o vencimento. Para as pessoas jurídicas, o vencimento é 31/01/2011 e, para pessoas físicas, em 22/05/2011.

Impugnação

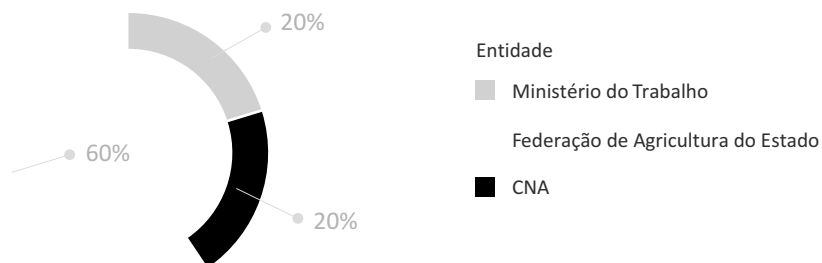
- Caso não haja concordância com os dados lançados na guia da contribuição sindical rural, as impugnações deverão ser endereçadas até a data do vencimento à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Destino da Arrecadação

- Os recursos arrecadados, retirados os custos da cobrança, são distribuídos conforme estabelece o artigo 589 da CLT, segundo o gráfico abaixo:



Quando os recursos arrecadados se referem a imóveis localizados em municípios onde não existe sindicato rural organizado ou extensão de base, os recursos são assim distribuídos:



Uso dos Recursos

- O total arrecadado pela contribuição sindical rural é aplicado na prestação de serviços aos produtores rurais em todo o País.

A verdadeira representação de classe exige uma estrutura forte e ágil. Nestes tempos de globalização da economia, além de atuar junto às lideranças políticas locais, estaduais e nacionais, é preciso conquistar o respeito do mercado internacional. Só uma representação constituída de forma eficiente poderá concretizar as reivindicações do setor rural.

A CNA, as Federações da Agricultura dos Estados e os Sindicatos Rurais expressam e defendem as reivindicações do setor, participando de debates, comissões, acordos e convenções coletivas de trabalho, reuniões e outros foros de decisão. Além do mais, o sistema sindical rural é o canal indispensável para a transferência de informações sobre os principais assuntos do dia a dia do produtor rural, como atualização da legislação agrícola e agrária, cotações nacionais e internacionais, orientação sobre reforma agrária e desapropriações, esclarecimentos de caráter jurídico, trabalhista, previdenciário e outros.

Por intermédio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o sistema sindical rural capacita e treina o pequeno produtor e o trabalhador rural. Desde 1993, o SENAR já capacitou mais de 47,9 milhões de trabalhadores do campo em todo o Brasil.

Pagamento Parcelado

- A contribuição sindical não pode ser parcelada por força do que dispõe o artigo 580 da CLT, que diz: a contribuição sindical será recolhida, de uma só vez, anualmente.

Condições Especiais

- **Correção e Alteração de Informações do Proprietário ou do Imóvel:**

Em caso de solicitação de alteração cadastral, o proprietário rural deverá protocolar o pedido junto ao Sindicato Rural do seu Município, Federação da Agricultura do Estado ou na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), endereçando o requerimento, em

qualquer das hipóteses, à CNA, juntamente com a documentação comprobatória: Certidão do Registro de Imóveis, cópia da Declaração do ITR, entre outros.

- **Não Recebimento da Guia:**

O proprietário de imóvel rural que, por qualquer motivo, não recebeu a sua Guia de Recolhimento do exercício, deve procurar o sindicato rural do Município ou a Federação da Agricultura do Estado munido da cópia do Documento de Informação e Apuração do Imposto Territorial Rural (DIAT), a fim de que sejam adotadas as providências para a emissão de nova guia.

- **Segunda Via pela Internet:**

Desde 2010, a CNA passou a disponibilizar pela internet, no site www.canaldoprodutor.com.br, no *link* da contribuição sindical, a emissão de 2ª via da guia da contribuição sindical rural, proporcionando maior rapidez e segurança ao contribuinte.

A 2ª via da guia da CSR, retirada após a data do vencimento, será acrescida de encargos legais.

Inadimplência e Penalidades

- As penalidades aplicáveis aos casos de não pagamento estão previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que são:

- **Não pagamento:**

O sistema sindical rural promoverá a cobrança judicial. Sem o comprovante de pagamento da contribuição sindical rural, o produtor rural pessoa física ou jurídica:

- I - não poderá participar de processo licitatório;
- II - não obterá registro ou licença para funcionamento ou renovação de atividades para os estabelecimentos agropecuários;
- III - a não observância deste procedimento pode, inclusive, acarretar, de pleno direito, a nulidade dos atos praticados, nos itens I e II, conforme art. 608 da CLT.

- **Pagamento com atraso:**

Se o pagamento for feito após a data de vencimento, terá multa de 10% nos primeiros 30 dias, mais um adicional de 2% por mês subsequente de atraso; juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária, conforme artigo 600 da CLT.

S I S T E M A



Contribuição SENAR

- Com o pagamento da contribuição SENAR 2010, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) obtém recursos para desenvolver ações de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social - PS, por meio de cursos, treinamentos e seminários, garantindo ao homem do campo maior qualidade de vida, integração na sociedade e pleno exercício da cidadania. Na mesma guia bancária que você recebeu para pagar a Contribuição Sindical Rural, já está incluída a Contribuição SENAR 2010.

A Contribuição SENAR incidente sobre o imóvel rural está prevista no artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.146/70, combinado com o artigo 1º do Decreto-Lei nº 1.989/82. Não se confunde com a contribuição mensal compulsória, recolhida à Previdência Social, que tem como base de cálculo o valor bruto da comercialização da produção ou a folha de pagamento recolhida pelo produtor rural pessoa física – segurado especial, produtor rural pessoa física – contribuinte individual, produtor rural pessoa jurídica, agroindústria, prestador de mão de obra rural – pessoa jurídica, Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural.

Administração do SENAR

- O SENAR é administrado pela CNA e dirigido por um colegiado tripartite, composto por representantes do Poder Executivo, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), do setor de agroindústrias da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

quem Paga a Contribuição

- A contribuição SENAR é devida apenas pelos produtores que exercem atividades rurais em imóvel sujeito ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). No entanto, face às isenções concedidas por lei, a contribuição somente é lançada para os proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóveis rurais:
 - Com área entre um até três módulos fiscais, que apresentem Grau de Utilização da Terra (GUT) inferior a 30%;

CONTRIBUIÇÃO SENAR - 2011

- Com área superior a três módulos fiscais, que apresentem Grau de Utilização da Terra (GUT) inferior a 80% e Grau de Eficiência na Exploração (GEE) inferior a 100%.

Obs: Os valores considerados de GUT e GEE são retirados da Declaração do ITR do exercício.

Cálculo do Pagamento

- O valor da contribuição corresponde a 21% do Valor de Referência Regional (VRR), calculado para cada módulo fiscal, referente à área aproveitável do imóvel.

A fórmula do cálculo é esta:

$$\text{Valor SENAR} = 21 \% \times \text{Valor de Referência Regional (VRR)} \times \text{Número de Módulos Fiscais}$$

O módulo fiscal, utilizado para o cálculo da contribuição SENAR, é fixado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), por Município, com base nos critérios estabelecidos no artigo 4º do Decreto nº 84.685/80.

Exemplo de cálculo:

Imóvel localizado no Município de Uberaba/MG, com área de total de 100,0 hectares e área aproveitável de 80,0 hectares.

*Módulo fiscal do Município:
24,0 hectares (referente à área aproveitável do imóvel)*

*Número de módulos fiscais do imóvel:
 $80,0 \div 24,0 = 3,33$*

Valor Referência do Município: R\$ 38,47

*Valor da contribuição SENAR:
 $(21\% \times R\$ 38,47) \times 3,33$*

Contribuição SENAR: R\$ 26,90

Tabela da Contribuição SENAR

- Valores de Referência Regionais estabelecidos conforme artigo 21 da Lei nº 8.178/91.

Valores de Referência Regionais VRR (em R\$)	Regiões e Sub-Regiões (definidas pelo Decreto nº 75.679, de 29/04/1975)
27,12	4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª - segunda sub-região; 10ª, 11ª, 12ª - segunda sub-região
30,08	1ª, 2ª, 3ª, 9ª - primeira sub-região; 12ª - primeira sub-região, 20ª e 21ª
32,74	14ª e 17ª - segunda sub-região; 18ª - segunda sub-região
34,59	17ª - primeira sub-região; 18ª - primeira sub-região e 19ª
38,47	13ª, 15ª, 16ª e 22ª

**Considerando a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), de setembro/09 a agosto/10, a tabela foi corrigida em 4,21%.*

Regiões e Sub-Regiões

- **1ª Região:** Acre;
- **2ª Região:** Amazonas, Rondônia e Roraima;
- **3ª Região:** Pará, Amapá e Tocantins;
- **4ª Região:** Maranhão;

TR

R 2 11

- **5ª Região:** Piauí;
- **6ª Região:** Ceará;
- **7ª Região:** Rio Grande do Norte;
- **8ª Região:** Paraíba;
- **9ª Região:** Pernambuco é dividido em primeira sub-região (R\$ 30,08) e segunda sub-região (R\$ 27,12);
- **10ª Região:** Alagoas;
- **11ª Região:** Sergipe;
- **12ª Região:** Bahia é dividida em primeira sub-região (R\$30,08) e segunda sub-região (R\$27,12);
- **13ª Região:** Minas Gerais;
- **14ª Região:** Espírito Santo;
- **15ª Região:** Rio de Janeiro;
- **16ª Região:** São Paulo;
- **17ª Região:** Paraná é dividido em primeira sub-região (R\$34,59) e segunda sub-região (R\$32,74);
- **18ª Região:** Santa Catarina é dividida em primeira sub-região (R\$34,59) e segunda sub-região (R\$ 32,74);
- **19ª Região:** Rio Grande do Sul;
- **20ª Região:** Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- **21ª Região:** Goiás;
- **22ª Região:** Distrito Federal.

-
- Após a dedução de 15% para as despesas com lançamento, administração, arrecadação e controle, os recursos arrecadados são assim distribuídos:

Regiões	Percentual bruto - %	Percentual líquido - %
<i>SENAR Administração Regional</i>	80,00	68,00
<i>SENAR Administração Central</i>	10,00	8,50
<i>Administração</i>	—	15,00
<i>Recursos de Aplicação Direta</i>	8,00	6,80
<i>CNA</i>	2,00	1,70
Total	100,00	100,00